



4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO DE CONVOCAÇÃO
REALIZADA EM 08 DE JANEIRO DE 1991
(TERÇA-FEIRA)

MENSAGEM N° 232/90

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Rafael Greca e Valderi Mendes Vilela (14). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Curitiba, 21 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa introduzir alterações no Regulamento da Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR, aprovado pelo Decreto n° 6.278, de 08 de fevereiro de 1979, bem como criar no âmbito daquela autarquia um cargo de provimento em comissão de Chefe de Coordenadoria, símbolo 1-C, destinado a atender a Coordenadoria de Planejamento.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia consulta plenamente aos superiores interesses do Estado uma vez que ajusta o regulamento daquele órgão à legislatura federal atualizada, ao mesmo tempo procedendo, ainda, em sua estrutura organizacional reestruturação com vistas a torná-la mais racional, dotando-a de implementação funcional mais sistemática.

Relativamente ao cargo em comissão que a medida pretende criar, cumpre esclarecer que não implicará em custo para o Tesouro, em razão da posição superavitária ostentada por aquela autarquia que custeia suas despesas com recursos próprios.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Ficam introduzidas as alterações no Regulamento da Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR, aprovado pelo Decreto n° 6.278, de 08 de fevereiro de 1979, que passa e vigorar com nova redação na forma do Anexo que integra a presente lei.

Art. 2° - Fica criado, no âmbito da Junta Comercial do Paraná, um cargo de provimento em comissão de Chefe de Coordenadoria, símbolo 1-C, destinado a atender a Coordenadoria de Planejamento, instituída pela presente lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

ANEXO DE QUE TRATA O ART. 1°
(Não Publicado Por Estar Ilegível)

MENSAGEM N° 233/90

Curitiba, 27 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

A Diretoria Legislativa.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita, à Associação de Incentivo do Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, o imóvel constituído pela data de terras n° 1, com 6.000 m., situado na quadra n° 21, da zona 7, da Cidade de Maringá, transcrito sob n° 7.475, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Maringá, às fls. 143, do Livro 3-H.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa consulta aos superiores interesses da Administração, pois o imóvel cuja cessão de uso de pretende efetivar, será utilizado pela cessionária exclusivamente na manutenção do Núcleo Social de Maringá.

Art. 1º - Por força do artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Incentivo do Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, o imóvel constituído pela data de terras n° 1, com 6.000m², situado na quadra n° 21, da zona 7, da cidade de Maringá, transcrito sob n° 7.475, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Maringá, às fls. 143, do Livro 3-H.

Art. 2º - A cessionária deverá utilizar área de que trata o artigo 1º exclusivamente na manutenção do Núcleo Social de Maringá já existente, no referido imóvel, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 3º - A cessão de uso de que trata esta Lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que for celebrado o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que tal cessão vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período se houver consenso entre as partes, tornando-se inválida caso o mencionado imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

MENSAGEM N° 01/91

Curitiba, 04 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, com base no preceito contido no art. 36, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Estadual, dispõe sobre adoção de normas legais com vistas à construção de uma ponte sobre a baía de Guaratuba.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná- DER/PR caberá promover em nome do Estado, concorrência pública de âmbito internacional, para a construção de uma ponte sobre a baía de Guaratuba.

Parágrafo Único - Na concorrência será admitida a formação de consórcio de empresas, na forma da legislação vigente.

Art. 2º - O pagamento respectivo deverá se dar através de cobrança de pedágio, pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos.

Art. 3º - A cobrança de pedágio para fins de ressarcimento dos serviços será de exclusiva responsabilidade da contratada, devendo o seu valor ser fixado mediante estudos econômicos integrantes das propostas licitatórias.

Parágrafo Único - Os valores fixados para o pedágio objeto deste artigo serão reajustados mensalmente, com base na variação BTN (Bônus do Tesouro Nacional) ou outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 4º - Caso o prazo estipulado no artigo 2º desta Lei venha posteriormente à sua vigência, sofrer alteração, por força de emenda constitucional, será considerado para efeito de análise econômica como parte das condições de licitação e contratação, independentemente de suas fases.

Art. 5º - Caberá ao DER/PR, fixar no Edital de Concorrência, nos critérios de julgamento das propostas, os quais deverão se basear em aspectos favoráveis de ordem econômica, técnica, social, meio ambiente e outros que se revelarem necessários ao processo de escolha.

Art. 6º - A ponte deverá ser construída obedecendo as condições previstas pelas normas da ABNT (Associação Brasileira de

Normas Técnicas), compatíveis com o tráfego previsto para rodovias de Primeira Classe, sendo sua execução fiscalizada pelo DER/PR.

Art. 7º - A ponte deverá, ainda, obedecer gabaritos de navegação previstos pelas normas do DNTA (Departamento Nacional de Transportes Aquaviário), do Ministério da Infra-estrutura, cabendo à firma vencedora, quando da aprovação do projeto estrutural da obra, obter a aprovação do gabarito junto àquele Órgão.

Parágrafo Único. Compete ao DER/PR fixar condições especificadas da obra quanto gabarito transversal, "ilhas de segurança", rampas máximas e outras que se mostrarem necessárias do ponto de vista estrutural e viário.

Art. 8º - As propostas das licitantes deverão, em seus estudos econômicos, considerar a viabilidade da obra, considerando somente o tráfego atualmente servido pelo serviço de "ferry-boat" e suas projeções de incremento futuro, excluindo os veículos que ultrapassem à carga autorizada, presentemente, para aquele serviço.

Parágrafo Único - Na eventualidade de uma futura autorização de tráfego, com peso superior ao atualmente servido pelo "ferry-boat", será considerado para efeito das tarifas e prazos de pedágio que sofrerão as influências econômicas desse tráfego.

Art. 9º - Na hipótese da necessidade de estudos de impacto ambiental decorrentes, quer da obra ou seus acessos, à firma vencedora caberá a responsabilidade.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº DTL/SAT/395/90, do Senhor Governador do Estado, com que restituiu a esta Casa, o Projeto de Lei nº 473/90. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/394, 396, e 397/90, 02/91, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 16, 17 e 18/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

623/90 - Do Poder Executivo, que altera as Tabelas de Taxas a que se referem o art. 25, da Lei nº 7.811/83, e art. 1º da Lei nº 8.067/84, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.500. Anote-se. Arquite-se.

384/89 - Do Deputado Renato Adur, que

declara de Utilidade Pública, o Conselho de Pais e Mães- CONPAM, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.495. Anote-se. Arquite-se.

286/90 - Do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Núcleo São Cristóvão, com sede e foro no município de Guaruapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.496. Anote-se. Arquite-se.

597/90 - Do Poder Executivo, que dispõe sobre Gratificação de Regência de Classe aos servidores da Fundação Teatro Guaíra, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.501. Anote-se. Arquite-se.

537/90 - Do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores de Cantagalo, com sede e foro no município de Cantagalo, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.502. Anote-se. Arquite-se.

522/90 - Do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Fundação Sokolski NZ, com sede e foro na cidade de Curitiba- Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.503. Anote-se. Arquite-se.

369/89 - Do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, com sede e foro no Município de Campo Mourão, distrito administrativo de Farol, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.504. Anote-se. Arquite-se.

172/90 - Do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.505. Anote-se. Arquite-se.

519/90 - Do Deputado João Arruda, que dá nova redação ao memorial descritivo dos limites e confrontações do município de Flor da Serra, constante do Art. 1º, da Lei nº 9.300/90, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.506. Anote-se. Arquite-se.

562/90 - Do Poder Executivo, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.047/78, para aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.507. Anote-se. Arquite-se.

466/90 - Do Poder Executivo, que altera a redação do art. 290, da Lei Complementar nº 14/82, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 53. Anote-se. Ar-

598/90 - Do Poder Executivo, que institui a Gratificação por Apresentação de Espetáculos, a ser paga aos servidores do Quadro de Pessoal da Fundação Teatro Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.509. Anote-se. Arquive-se.

604/90 - Do Poder Executivo, que altera, conforme especifica, a tabela de vencimentos de que trata o anexo I, da Lei n° 9.341/90, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.510. Anote-se. Arquive-se.

500/90 - Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a firmar com o município de Porecatu, termo de Cessão de Uso de Imóvel pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.511. Anote-se. Arquive-se.

369/90 - Do Deputado Artagão Mattos Leão, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Turvo, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.512. Anote-se. Arquive-se.

446/90 - Do Deputado Namir Piacentini, que denomina Escola Estadual Professora Ivone Soares Castanharo- Ensino de 1° Grau, a Escola Estadual Jardim Tropical, ensino de 1° Grau, criada através da Resolução n° 430/87, no Município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.513. Anote-se. Arquive-se.

524/90 - Do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Viracopos, com sede e foro na cidade de Jardim Alegre-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.514. Anote-se. Arquive-se.

Sob o n° DTL/SAT/398/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n° 260/89, em razão de motivos expostos. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Sob o n° DTL/SAT/01/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar n° 329/85, em razão de motivos expostos. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Sob o n° DTL/CC/13/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 554/90, em razão de motivos expostos. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Sob o n° DTL/CC/14/91, do Senhor Go-

vernador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 536/90 em razão dos motivos expostos. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Sob o n° DTL/SAT/CC/15/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 360/90, em razão de motivos expostos. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Sob o n° DTL/SAT/CC/19/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 572/90, em razão de motivos expostos. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Sob o n° DTL/SAT/CC/20/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 391/90, em razão de motivos expostos. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 3000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 611/90, constante da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 3001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 635/90, constante da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 3002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada

Curitiba, terça, em 08.01.91

da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 636/90, constantes da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 3004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões, a partir desta do Projeto de Lei n° 448/90.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) HERMAS BRANDAO

REQUERIMENTO N° 3009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões do Projeto de Lei n° 323/89, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 3010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar n° 321/89, constante da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO N° 2996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei n° 299/86, de sua autoria, que dá novas divisas ao município de São Jorge do Patrocínio, criado pela Lei n° 7474, de 22 de junho de 1981, e inclusão na pauta da próxima sessão deste período extraordinário.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 3003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, à realização da chamada nominal automaticamente a cada sessão plenária, assim como efetuar os descontos aos parlamentares faltosos a pelo menos dois terços das reuniões ocorridas nesse período de convocação e desconvocação.

Imaginava-se que o resultado das urnas

fosse melhor interpretado pelos políticos. Motivada por inúmeras razões, entre elas a repulsa, descrédito ou indiferença, a sociedade deixou muito clara a sua posição, ela exige mudanças, sobretudo profundas.

A exemplo de outras instituições, o Poder Legislativo desde as Câmaras Municipais, Assembléias dos Estados até o Congresso Nacional, necessita, urgente e eficazmente promover transformações, onde o interesse do País fique acima das questões político-partidárias.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, encaminhamos o presente requerimento, com o claro intuito de, através de ações concretas, procurar resgatar a atuação parlamentar desta Casa, objetivando tornar cada sessão plenária o foro maior e legítimo do legislativo, cuja presença, mais do que constante, tem que ser permanente. Pois não se pode admitir que a falta de quórum constitua na inviabilização dos trabalhos legislativos, em prejuízo de inúmeros interesses, particularmente os deste Estado; ou que muitas vezes a mesmas matérias sejam votadas de afogadilho, sem um criterioso exame, cuja análise ponderada e justa este Poder jamais pode prescindir.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 2997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ODAIR COSMOS, ocorrida no dia 25 de dezembro próximo passado, nesta Capital.

O extinto era funcionário aposentado deste Poder, e seu passamento vem enlutar não só sua família mas a todos os colegas que com ele conviveram.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada Rua J. Ziliotto n° 204, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2998

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER seja consignado na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PAULO DO CANTO PACHECO, ocorrido no último dia 29 de dezembro de 1990.

O extinto era funcionário aposentado deste Poder e seu passamento vem enlutar não somente seus familiares mas a todos os colegas que com ele conviveram.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Desembargador Otávio do Amaral 593, 9º andar apto. 903, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, votos de Congratulações ao Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, pelos seus 116 anos de fundação, dirigidos os cumprimentos ao seu ilustríssimo Diretor e Jornalista, Senhor JÚLIO CÉSAR MESQUITA.

Poucos veículos de comunicação conseguem aliar tradição com modernidade; a preservação de valores com mudanças culturais; cultivar o passado e vislumbrar tempos futuros.

O ESTADO DE SÃO PAULO busca, permanentemente, a defesa da liberdade como pleno exercício da cidadania, propulsor da democracia, adotando uma linha jornalística de coerência, trazendo em suas páginas, mais que a verdade, a reflexão crítica em torno dos seus fatos.

Desta forma, Senhor Presidente e Srs. Deputados, ao se registrar os 116 anos de fundação de O ESTADO DE SÃO PAULO, o fazemos sobretudo objetivando reconhecer a sua imprescindível presença, historicamente marcada por uma atuação que sempre veio ao encontro dos reais interesses da sociedade, característica que certamente haverá de continuar, de modo indelével em cada espaço.

Finalmente estendemos esta homenagem aos profissionais da Sucursal de Curitiba, cujo destaque é de inteira justiça.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 3006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, no sentido de responder as informações solicitadas através de nosso requerimento de 29 de outubro de 1990, aprovado por unanimidade pelo Plenário, e, que até o momento não recebemos as informações nele contidas.

Outrossim, solicitamos estipular um prazo razoável para o recebimento das informações, caso contrário, enquadrá-lo em crime de responsabilidade, adotando as providências necessárias para o cumprimen-

to do parágrafo único do artigo 55 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de 19 de outubro de 1990, apresentamos à Mesa o Requerimento (endereçado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Paulo Roberto Pereira de Souza, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando informação através da SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná); entretanto até hoje não obtivemos resposta, motivo porque estamos insistindo na obtenção das informações, solicitando as providências necessárias.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 002/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam majoradas no percentual de 70% (setenta por cento) o valor do VRC (valor de referência de custas) previsto nas tabelas estabelecidas pela Resolução de n° 01/90 do Poder Judiciário.

Art. 2º - Ratifica-se a Resolução Normativa n° 01/90 do Poder Judiciário.

Art. 3º - No art. 20 da Lei n° 7567 de 12/01/82, suprima-se a palavra semestralmente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoiamento: João Arruda, Nilton Barbosa, Nelson Vasconcellos e David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

As custas das tabelas indexadas, foram previstas para vigir em março de 1990. Até esta data não foram corrigidas. No período a variação inflacionária, pelo índice oficial do IPC / IBGE, atingiu o percentual de 1.794,84 (Dez. 90). O salário-mínimo em março/90 que era Cr\$ 3.674,05, passou a ser em janeiro/91 de Cr\$ 12.325,59, mais o abono previsto em medida provisória do Governo Federal. O BTN que era em março/90 29.5399, passa em janeiro/91 para 105,5337. Índices que por si mesmos justificam reajustes das custas das tabelas previstas, para fontes de custeios das serventias de justiça.

PROJETO DE LEI N° 003/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Todos os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, são declarados e reconhecidos como CIDADÃOS SENIORES em todo o território do Estado do

Paraná.

Art. 2º - A todos os cidadãos seniores é assegurado, mediante simples apresentação de documento que comprove sua condição, o direito aos seguintes benefícios:

I - A franquia de ingresso a quaisquer eventos ou atividades públicas, como espetáculos, teatros, shows, exposições, feiras agropecuárias, atividades esportivas, promovidas, patrocinadas ou realizadas em dependências de repartições ou prédios públicos, ou qualquer entidade mantida pelo Poder Público;

II - A isenção do pagamento de taxas para a obtenção de certidões ou documentos de qualquer natureza, expedidos pelo Poder Público Estadual, de comprovado interesse do requerente;

III - A preferência de atendimento em repartições públicas estaduais, independentemente de filas, salvo as que se formarem entre os de mesma condição;

IV - A concessão por parte do Poder Público Estadual de até duas passagens por ano, de ida e volta, do seu domicílio a qualquer outro município do Estado do Paraná, por via terrestre, ou uma passagem para fora do Estado, nas mesmas condições, para os cidadãos seniores com renda inferior a três salários-mínimos;

V - A garantia aos necessitados de assistência total e gratuita à saúde, por parte do Poder Público Estadual, compreendendo todo o tratamento médico-hospitalar, transporte por ambulância, análises laboratoriais, medicamentos, cirurgias, serviços de enfermagem, fisioterapia, e fornecimento de próteses, aparelhos auditivos, outros equipamentos ou instrumentos de que necessitem, para a sua reabilitação.

Art. 3º - O Estado destinará, além dos recursos previstos nas dotações orçamentárias próprias, dez por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números, para os programas de assistência previstas nesta lei, de acordo com o disposto no Parágrafo Único, do artigo 175 da Constituição Estadual.

Art. 4º - Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é feita no sentido de prestar aos cidadãos maiores de 65 anos de idade, o reconhecimento da sociedade paranaense, através de seus legítimos representantes neste Poder Legislativo, pelo muito que contribuíram das mais variadas formas para o desenvolvimento e o progresso do Paraná e do Brasil.

Por outro lado, devemos ressaltar que a grande maioria da nossa população, nunca

tiveram e não tem acesso ao lazer proporcionado muitas vezes pelo Poder Público a uma pequena e privilegiada parcela da população, mas não são dispensados por isso da obrigação de contribuir, sendo-lhes no entanto negado o direito de participar do benefício.

Muitos são os brasileiros e cidadãos que nesta idade, e são eles a maioria esmagadora, os que nada recebem em contrapartida de muito que oferecem à Nação, ou seja, a sua vida. São privados não só de alguns momentos de alegria, de lazer e descontração, mas também de certidões e documentos tão necessários para a regularização de sua situação pessoal ou familiar, ou em alguns casos raros patrimonial, tendo em vista rendimentos que perceberam dos empregos que são na verdade subempregos, ou a aposentadoria resultante destes.

Não bastasse isto, há ainda os que, nesta quadra da vida, sequer têm acesso ao atendimento e assistência à saúde, que embora prevista nas Constituições, não trazem objetivamente a quem cabe a responsabilidade por essa assistência, remetendo-as pura e simplesmente ao SUDS, onde via de regra, não encontram o tratamento adequado.

É de se ressaltar que os benefícios aqui previstos, são uma extensão de outras já concedidas como é o caso do uso gratuito do transporte coletivo.

Por outro lado, é bom lembrar que a própria Constituição Federal, explícita ou implicitamente, permite, apesar de defender que todos são iguais perante a lei, desigualdades, distinguindo brasileiros e brasileiros natos, ou que proteja certas pessoas, como também e da mesma forma, fixa critérios diferenciados entre diversas categorias profissionais no que diz respeito ao tempo de serviço para a aposentadoria, e mesmo dentre estas, diferencia entre homens e mulheres. O voto a partir dos 16 anos é facultativo, enquanto que após aos 18 é obrigatório, sendo este portanto, um tratamento diferenciado entre os eleitores.

A matéria aqui apresentada, não fere o princípio da isonomia, porque os beneficiados estarão, se aprovado o projeto e sancionada a lei, em perfeita igualdade de direitos entre si. Não podemos negar que o princípio da igualdade como nos ensina Manoel Gonçalves Ferreira Filho em comentários à Constituição, pág. 81 - Ed. Saraiwa, 1974 - 3º volume: "oferece na sua aplicação à vida, inúmeras e sérias dificuldades. De fato, conduziria a inomináveis injustiças se importasse em tratamento igual para os que se acham em desigualdade. A justiça que reclama tratamento igual para os iguais, pressupõe, tratamen-

to desigual dos desiguais".

Mais adiante: "O imperativo do tratamento desigual impõe, por exemplo, ao legislador o estabelecimento de leis especiais, que protejam determinadas categorias. Para isto, editam-se as leis destinadas a amparar os economicamente fracos: os trabalhadores, os mal alojados, os inquilinos e assim por diante".

Assim é que, entendemos que nossa pretensão é prevista, pois respeitando o princípio da isonomia, estamos propondo tratamento igual entre os de mesma condição, que fica portanto reconhecida e prevista na lei, amparando os idosos que, como já nos referimos, na sua maioria, são economicamente fracos, merecendo pois um tratamento diferenciado, que não elide a igualdade de direitos, prevista na Constituição Pátria que se reporta em seu texto, a igualdade dos direitos fundamentais e da capacidade jurídica e não igualdade de condição.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para que possamos, através deste projeto de lei, oferecer a estas pessoas, esta singela homenagem em nome da sociedade paranaense, não só aos que necessitam dos benefícios, mas também aos que deles não necessitam, e quem sabe mesmo conquistando-os, não façam uso deles, mas que saibam todos que lhe somos muito gratos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti)- Finda a leitura do Expediente, e não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Todas declinam.

Encerrado o Horário das Lideranças e a Hora do Expediente,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 633/90, de autoria do Poder Executivo,

(Mensagem n° 229/90), que reajusta em 185,22% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT. Aprovado. (Publ. no DA. n° 152, de 12.12.90).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 23/89, de autoria do Deputado David Cherigate, que ratifica a Lei n° 8.674 (cria o município de Diamante d'Oeste). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 023/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado David Cherigate, objetiva retificar a Lei n° 8.674, que criou o Município de Diamante D'Oeste.

O projeto em pauta visa adequar as divisas do Município de Diamante D'Oeste, pois na forma original em que vige a Lei n° 8674, gera incoerências cartográficas que impossibilitam o traçado do polígono definido da área, de acordo com o que alerta o Ofício DGC- 319/89 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Notada a necessidade da reparação do vício, e procedida a análise legal, constitucional e regimental do projeto em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a proposta em condições de ser analisada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 74/89, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Marialva, o Lote 3/72, subdivisão do lote 72, da gleba patrimônio Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 074/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Marialva, o lote 3/72, subdivisão do lote 72, da Gleba Patrimônio Marialva, conforme especifica.

A sobredita doação é da competência desta augusta Assembléia Legislativa com a sanção do Senhor Governador, conforme o estabelecido no art. 53, inc. XIV, da Constituição Estadual.

A medida proposta irá atender reivindicação da Administração Pública Estadual, e o local da pretendida doação encontra-se abandonado, sem utilidade nenhuma para o Estado, servindo apenas como depósito de lixo.

Nele pretende a Prefeitura Municipal implantar projeto de grande alcance social para a comunidade.

Nestas condições, este relator opina FAVORAVELMENTE, pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

3.^a DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n° 321/89, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que cria a lei florestal do Estado do Paraná, concorrente ao código florestal brasileiro e à legislação federal. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar n° 321/89, constante da pauta da sessão de hoje. Retirado pelo autor. EM VOTAÇÃO.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Senhor Presidente. Assentimento.

Senhor Presidente, havia, inclusive, um requerimento na Mesa de retirada da Ordem do Dia deste Projeto de Criação da Lei Florestal, e eu peço até escusas ao companheiro que o assinou de, não podendo falar com o mesmo, que tenha solicitado à Mesa a retirada do requerimento.

Porque eu creio que nós já retiramos muitas vezes este projeto da Ordem do Dia e o companheiro Luciano Pizzatto, que vai deixar esta Assembléia, merece que seja apreciado o seu projeto de lei florestal com a sua presença.

Esta questão tem que ser resolvida nesta Assembléia e está em terceira discussão, portanto, a votação que define pela aprovação ou não desta lei, mas eu gostaria de firmar a minha posição.

O próprio Poder Executivo, encaminhou

a esta Casa um Projeto de Lei Florestal que está na Casa.

Após uma ampla discussão com as entidades que representam o setor, dentro do espírito constitucional e na preservação da defesa no Paraná do meio ambiente, da ecologia, da exploração racional das nossas florestas.

Estive comparando as duas leis e sou forçado a acreditar, Deputado Luciano Pizzatto, que o Projeto encaminhado a esta Casa, depois de amplas discussões com as entidades que representam o meio ambiente, a defesa do próprio Poder Público no que diz respeito às nossas matas, está melhor elaborado do que o Projeto de Vossa Excelência, por esta razão nós votaremos contrários ao Projeto de Lei n° 321/89, entendendo de que devemos votar na sequência a Mensagem encaminhada a esta Casa, emendá-la se necessário for, trocar alguns dos seus dispositivos, se isto se tornar necessário, mas, defendermos, defendermos aquilo que nós temos de mais sagrado no nosso Estado que é preservação de nossas florestas, vendo o meio ambiente, a exploração de florestas, a questão da madeira como um todo, num interesse da sociedade, da conservação do meio ambiente, como também daqueles que exploram a madeira comercialmente.

Nem um dos setores isoladamente faria justiça, defender pura e simplesmente ao interesse da ecologia seria bloquearmos definitivamente qualquer tipo de exploração da madeira, que se explorada racionalmente não traz prejuízo algum e traz fonte de renda.

Vendo isoladamente a defesa por parte daqueles que exploram a madeira, jamais poderíamos vê-la por que estaríamos pura e simplesmente abrindo a porta para quem, pela utilização das matas e da madeira faz o seu lucro em detrimento a conservação das florestas do Estado do Paraná.

Por esta razão é que nós votaremos contra e pedimos aos companheiros Parlamentares desta Casa, independente de Partido, que venhamos definir o nosso posicionamento, o posicionamento desta Casa com respeito à Lei Florestal votando contrário ao Projeto de Lei n° 321 e apreciando o Projeto que se encontra na Casa como disse anteriormente fruto de amplas discussões dos setores envolvidos na questão da madeira, emendando se for necessário, mas preservando aquilo que nós temos de mais sagrado e que nem sequer nos pertence que é a própria natureza e as nossas florestas.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Para Encaminhar)-

O nobre companheiro Líder do PMDB, após nós, durante um ano, estarmos discu-

tindo o assunto, colocou muito bem que nesta Casa existe um projeto de lei. Só que eu gostaria de alertar o Senhor Líder do PMDB, que nesta Casa não tem um Projeto de Lei Florestal do Poder Executivo, nem encaminhado.

O que existe nesta Casa, nobre colega é uma lei estadual de meio ambiente não pode ser confundida como uma lei florestal, como não pode ser confundida com a Lei de Agrotóxicos que esta Assembléia aprovou, como não pode ser confundida com a Lei de Manejo dos Solos, como não pode ser confundida com a Lei de Manejo da Agropecuária, como não pode ser confundida com uma Lei de Proteção a esperologia que também está tramitando nesta Assembléia, que não pode ser confundida como uma Lei de Manejo do nosso Mar, que não pode ser confundida com uma Lei de Manejo dos nossos Rios.

É lamentável, eu acho isso profundamente lamentável, que sistematicamente nesta Casa de Leis, as pessoas, por existir uma lei de meio ambiente, confundem com uma lei florestal que envolve o aspecto ecológico, mas também envolve o aspecto econômico, o aspecto comercial, de proteção às unidades de conservação e envolve os aspectos de pesquisa, de controle, de fomento, de extensão, uma lei florestal que é um complemento da lei de meio ambiente e que, se eventualmente houver algum conflito, a lei de meio ambiente será votada aqui neste fórum e ela poderá revogar qualquer artigo que estiver em conflito. Isso que é significativo.

Agora eu acho absolutamente incrível que os Srs. Deputados ainda não tenham a postura de confundir uma lei de meio ambiente com uma lei florestal, floresta que é um recurso natural renovável, senão nós vamos ter que considerar que a lei de meio ambiente abrangeu o nosso transporte, o nosso desenvolvimento urbano, a nossa questão social, os nossos pobres, a miséria, as favelas e nada mais seria votado nesta Casa de Leis.

Eu acho isso lamentável e gostaria de esclarecer e espero o voto dos Deputados que leram essa lei, e quem leu sabe o conteúdo que ela tem, a abrangência que tem, espero o voto favorável desta Casa de Leis e respeito ao esforço que houve na sua confecção, a um seminário que foi feito nesta Casa para discutir a lei de meio ambiente do Governo do Estado, patrocinada por este Deputado, e aonde também foi discutida a questão da lei florestal, além de consulta a todos os órgãos de classe que eu tenho cópias por escrito, e o próprio que fez um processo específico em Brasília para analisar essa lei e mandou com parecer favorável na questão constitucional.

Eu espero dos Srs. Deputados o apoio a

nossa legislação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Continua em votação o Projeto de Lei Complementar n° 321/89. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, só para registrar a minha posição quanto ao Projeto n° 321 já de 1989. Como Parlamentar investido nesta Casa, vejo com muita alegria e satisfação o trabalho concluído, um trabalho sério, terminado no sentido de preservar e como se fazer um reflorestamento, a questão florestal, a política florestal deste Estado, uma vez que nós viemos de uma região que foi totalmente danificada, totalmente explorada pelo homem, que é o Sudoeste do Paraná, em que não existem mais matas e que precisaria em tempo, muito antes que isso, mas graças a Deus que nesta Legislatura ainda o Parlamentar Luciano Pizzatto, conhecedor do assunto de reflorestamento neste País, com prêmio internacional, vem e faz um projeto sério que nós todos Deputados depois de ter lido este Projeto para que possamos passar às escolas, passar toda a população do Paraná que a floresta do Paraná vem a crescer e que nós possamos efetivamente tirar proveito desta lei.

Parabéns, Deputado Pizzatto, parabéns à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Lei n° 321/89. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Será processada a verificação de votação.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Ezequias Losso) - Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados para efeitos de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 34 Senhores Deputados responderam à chamada Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n° 321/89 do Deputado Luciano Pizzatto, queiram levantar-se. Os que rejeitam queiram levantar-se.

11 Deputados aprovam;
22 Deputados rejeitam.

Está rejeitado o Projeto de Lei Complementar n° 321/89. Antes de prosseguirmos queríamos registrar a presença neste Plenário, do Comandante da Polícia Militar Coronel Wantuil; do Comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Capriotti; dos Vereadores do Município de Marilândia do Sul, José Alonso, Luiz Alorenci e João Mileski.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) Eu gostaria só de deixar registrado aos vinte e um Senhores Deputados, com todo o respeito que votaram contra, que essa Lei que está sendo aprovada em outras seis Assembleias do Paraná, seria uma lei histórica do Brasil, uma lei histórica dos Senhores Deputados, lamentavelmente, eu acho que as pessoas que continuam a confundir, ou que vem aqui dizer, que já existe outra lei tramitando sobre florestas nessa Assembleia, induziram os Senhores ao erro.

Eu lamento profundamente e tenho certeza, que como há um ano que eu conversei sobre essa lei com os Senhores Deputados, que todos hoje, vivem nas suas regiões problemas que seriam solucionados. Eu acho profundamente lamentável. Gostaria só de ter deixado registrado e como é do nosso conhecimento, os vinte e um que votaram contra. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) Senhor Presidente, no Plenário tem-se normalmente, e todos nós o temos, comportamentos de nos mantermos nos limites daquilo que podemos usar como argumento em favor ou contra uma Mensagem, respeitando a autoridade de qualquer projeto.

Mas, eu quero parabenizar os Parlamentares que votaram contra o Projeto de Lei n° 321/89, porque tenho certeza de que isso propicia uma discussão e uma votação de uma lei florestal que atenda aos anseios do Paraná, como um todo, do seu povo, da sua gente, dos madeireiros, mas também da conservação, da regulamentação, da forma de fazer reflorestamento, de como devastar reflorestamento, da aplicação real do custo do reflorestamento, digo, do recurso do reflorestamento no replantio das propriedades do Paraná. Porque está muito "solto" na lei de autoria do Deputado Luciano Pizzatto.

Portanto, eu creio que esta Casa abriu a possibilidade, exatamente, de cumprindo o texto constitucional, que prevê um projeto de lei florestal, que possa efetivamente, atender aos anseios do Paraná, aos interesses do Paraná como um todo: do seu povo, da sua gente. Obrigado.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Só um esclarecimento. Aonde é que está escrito "lei

ambiental", Senhor Deputado?

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu quero apenas justificar o meu voto. Se votei contra o projeto, porque nós tivemos conhecimento do Instituto de Terras e Cartografia, de que este projeto não era abrangente às necessidades que nós necessitamos, da nova política florestal do Paraná. E aos que acompanharam a nossa decisão pessoal, o voto, eu tenho todo o respeito pelos Deputados. Assim como também tenho pelos Deputados que votaram a favor do projeto de V. Exa., Deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Esta Presidência registra com satisfação a presença, entre nós, do Prefeito de São Jorge do Patrocínio, Cláudio Palosi.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/89, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que concede título de cidadania benemérita do Paraná ao senhor Sérgio Marcos Prosdócimo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do projeto de lei n° 573/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que altera a redação da lei 9391, de 1º de outubro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em discussão o projeto e as emendas. Encerrada a discussão. Em votação as emendas. Para encaminhar, com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes; eu continuarei votando contra o projeto de iniciativa do Deputado José Rogério, bem como das Emendas apresentadas. Aliás, as emendas ficaram "pior que o soneto", no meu entender.

Porque estou cansado de presenciar, neste Parlamento, quando se discute a política de tributos do Estado, criação de impostos, alteração da lei tributária do nosso Estado, estou cansado de ver que se transformam em lei os interesses de setores, na maioria das vezes, daqueles setores privilegiados, que não precisam mais de ajuda de Governo, que não precisam de redução de tarifas, de imposto, para sobreviverem ou para conseguirem os seus intentos.

No entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando se trata do grande interesse público, quando se trata do interesse do consumidor, do produtor, daque-

les que produzem, na sua essência, o produto e que consomem, que geram a riqueza, aí sim, sempre tivemos dificuldade em aprovar uma política diferenciada na questão tributária do Estado do Paraná. Exemplo disso, Senhor Presidente, é o que nós estamos vendo aqui, nesta lei. Tanto o projeto do Deputado José Rogério é muito mais das emendas, aonde reduz a alíquota do ICMS para revendedores de tratores, de agrotóxicos, de aparelhos eletrônicos, de produtos alimentícios resfriados para favorecer obviamente as agroindústrias, eu pergunto, o que vai sobrar para o produtor diretamente e o que sobrá para o consumidor? Emendas de minha autoria a um projeto no passado e que a duras penas foi aprovado nesse Parlamento, foi vetado pelo Poder Executivo que dava anistia de ICMS aos consumidores de energia elétrica até 150KW hora, e que tenham somente uma conta de luz. Que é o pequeno, aquele que precisa de ajuda do Governo, esse que precisa de estímulo, o apoio que foi aprovado aqui, tratamento diferenciado para as microempresas, foi vetado pelo Poder Executivo. Então, agora, eu tenho um compromisso de consciência com a população do Paraná, não quero sair daqui aprovando uma injustiça. Continuarei votando contra ao privilégio aos mais favorecidos, e a não compensação ao mesmo tratamento aos menos favorecidos no Paraná.

Voto contra o projeto e voto contra a maioria das emendas propostas na Ordem do Dia de hoje.

Era isso Sr. Presidente, era isso, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Em votação as emendas, ressalvado o projeto.

Emenda n° 01, de autoria do Deputado José Rogério.

Em votação a emenda. Aprovada.

Com o voto contra do Deputado Pedro Tonelli.

Em votação a Emenda n° 02.

Esta Presidência não fará a leitura porque nos consta que foi publicado junto com a Ordem do Dia o teor das Emendas.

Em votação a Emenda n° 02, de autoria do Deputado José Rogério. Aprovada. Registrando o votos contrários dos Deputados Pedro Tonelli, Antônio Bárbara e Algaci Túlio.

Em votação a emenda n° 03, de autoria do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) No meu avulso não constam as emendas, qual a emenda? Um, Dois, Três?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - LE EMENDA 3ª.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Já estou satisfeito Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Está satisfeito?

Em votação a Emenda n° 03. Aprovado com os votos contrários dos Deputados Antônio Bárbara, Algaci Túlio e Pedro Tonelli.

Em votação a Emenda 04, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Aprovada, com o registro dos votos contrários dos Deputados Antônio Bárbara, Pedro Tonelli e Algaci Túlio.

Em votação a Emenda n° 05 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Aprovada com os votos contrários dos Deputados Pedro Tonelli, Antônio Bárbara e Algaci Túlio.

Em votação a Emenda de n° 06, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Aprovada. Com os votos contrários de Algaci Túlio, Antonio Bárbara e Pedro Tonelli.

Em votação a Emenda de n° 07, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Aprovada. Com os votos contrários dos Deputados Algaci Túlio, Pedro Tonelli e Antonio Bárbara.

Em votação a última Emenda, de n° 08, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Aprovada.

Com votos contrários de Antônio Bárbara, Algaci Túlio e Pedro Tonelli.

Em votação o Projeto. Aprovado com votos contrários de cinco Senhores Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requero verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n° 573/90, em 3ª Discussão, queiram levantar-se.

23 (vinte e três) Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

7 (sete) rejeitam.

29 (vinte e nove) presenças.

Está Aprovado o Projeto.

O Projeto irá à 4ª Discussão.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, pela ordem. (Assentimento).

Deputado Orlando Pessuti, eu queria uma informação da Mesa com relação ao nosso Projeto, que autoriza a isenção dos produtos da cesta básica de alimentos, se ele foi sancionado ou vetado pelo Governador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Curitiba, terça, em 08.01.91

Presidência providenciará as informações e as prestará oportunamente dado que não temos condição neste momento, tendo em vista que não estamos devidamente informatizados para prestar esta informação que Vossa Excelência nos solicita.

Mas na sessão de amanhã nós prestaremos a informação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registramos com satisfação a presença do Prefeito de Paçandu, Haroldo Francisco.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, circulação, comercialização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol (CH₃-OH), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 602/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, o presente Projeto de Lei proíbe a distribuição, circulação, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol (álcool metílico) cuja fórmula química é CH₃-OH, no Estado do Paraná.

O Projeto de Lei em tela, em sua justificativa, afirma que a não aprovação deste Projeto, implica em deixar as portas de nosso Estado abertas à sanha dos cartéis, independentemente do que se reserva aos trabalhadores, que restarão expostos a riscos letais, ou a população desinformada, vítima daquilo que os professores da Universidade de São Paulo, em seu relatório sobre a matéria chamaram de "descaso com que as autoridades governamentais têm encaminhado questões dessa natureza".

Pelas razões acima expostas, e por ter este Projeto amplo respaldo constitucional, a nível Federal e Estadual nosso PARECER é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PIRAJÁ FERREIRA
Relator.

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas para registrar o meu voto contrário.

Na primeira votação, quando se discutia a constitucionalidade, nós firmamos posição de que o projeto era inconstitucional.

Apenas para registrar o meu voto contrário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também da mesma forma, por entender que é competência federal a distribuição, circulação e comercialização de combustíveis, é que meu voto, agora, reitera o que fiz na oportunidade da primeira discussão. Contrário o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registrado também os votos contra dos Deputados Paulino José Delazeri, Deputado Acir Mezzadri, e Ezequias Losso.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria apenas dizer que é competência também do Estado do Paraná, legislar com relação a esta matéria. Está de parabéns o Deputado Algaci Túlio, porque nós apresentamos aqui também um projeto proibindo a comercialização, a distribuição, o uso do "CFC", Cloro-Fluor-Carbono, que destrói a camada de ozônio da Terra, e foi aprovado e sancionado pelo Governador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registramos com satisfação a presença do Vereador Jaime Mozer, do PDT de Clevelândia, Presidente do Pato Branco Esporte Clube, atual campeão paranaense de futebol de salão juvenil.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 218/90), que autoriza aquele Poder, a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Goioerê, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 609/90

PARECER:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental nº 218/90, objetiva colher desta Assembléia Legislativa, a devida autorização para que o Poder Executivo possa ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Goioerê, o imóvel que especifica.

Ao proceder-se à análise legal, constitucional e regimental da presente solicitação, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto em condições de ser apreciado pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da proposta em tela.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
LUCIANO PIZZATTO
Relator.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 620/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 223/90), que autoriza aquele poder a doar ao município de Congonhinhas o imóvel situado no lugar denominado Patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 620/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 223/90, tem por finalidade autorizar aquele Poder a doar ao Município de Congonhinhas o imóvel situado no lugar denominado Patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele Município. Sob o aspecto constitucional e legal, nada há que impeça a normal tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 622/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 226/90), que autoriza aquele poder a empenhar as despesas com pessoal e encargos sociais, além do limite estabelecido no art. 31, da Lei Estadual n° 9.407, de 19.10.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido Projeto, emenda Supressiva, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho, Nelson Vasconcellos e demais Senhores Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA
AO PROJETO DE LEI N° 622/90

Fica suprimido o Artigo 2° do Projeto de Lei n° 622/90.

Sala das Sessões, em 19.12.90.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO
NELSON VASCONCELLOS
HERMAS BRANDÃO
RUBENS BUENO

Em votação a Emenda, ressalvado o Projeto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, gostaria de saber o conteúdo desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Lê a Emenda.
(Lê o teor do artigo).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nós procuramos até encontrar o Deputado Nereu Massignan, para, conversando com ele, solicitar a retirada da sua emenda, no entanto, lamentavelmente não pudemos encontrar.

Mas, Senhor Presidente, o propósito da Mensagem Governamental é perfeitamente cabível e entendível. O Governo não está pedindo nada que ultrapasse e extrapole o seu período de Governo do ano de 1991.

Nós temos e a Constituição passa a mudar a partir do próximo mandato, inclusive a posse dos Governadores, exatamente para poder resolver esses fatos atípicos, sistematicamente acontecidos nos Executivos do Brasil, aonde o Governador eleito acaba assumindo no terceiro mês de iniciado o ano orçamentário e o Governo que está saindo entra três meses dentro do ano orçamentário para depois poder fazer a transmissão.

A Constituição sabiamente, já mudou esse posicionamento, a partir desses próximos Governadores.

Governadores que vão assumir para que os Governos comecem os seus mandatos dentro do ano orçamentário aprovado pela Assembleia Legislativa.

O que o Governo está pedindo é pura e simplesmente autorização para empenhar, não é nem para pagar, para empenhar as dívidas que ele fizer, como ele tem janeiro, fevereiro e março a sua atuação como Executivo no Estado, pede autorização por este projeto da Casa para poder empenhar 3/12 do orçamento de 91, exatamente porque a responsabilidade continua sua, de continuar gerindo os destinos do Estado do Paraná, portanto estas despesas que correspondem a serviços, a obras, a trabalhos realizados no Estado do Paraná, na gestão do atual Governador possam ser liquidados, empenhados pelo atual Governador para passar uma situação total de orçamento e de execução de obras ao novo Governo.

Então eu chamo a atenção o que está pedindo não é liberação de recursos, não está se avançando no orçamento daquilo que é competência do novo governador, é apenas poder se processar o empenho de 3/12 deste orçamento por ser exatamente o tempo de continuidade do atual Governo.

Eu pediria aos nobres companheiros que

entendendo isso, para não criarmos um lapso, uma lacuna de paralisação de atividades do Estado do Paraná, de agora até a posse do novo Governador, nós rejeitássemos a emenda salvo caso contrário estará impedido de continuar o trabalho no Estado do Paraná até sair do Governo, por impossibilidade de poder fazer o empenho das despesas decorrentes desse exercício da atividade administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Emenda supressiva ao Projeto de Lei n° 622.

Rejeitada a Emenda.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo a solicitação do Deputado Lindolfo Júnior, procederemos à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu reitero na ordem de verificação que nós estamos votando que não se trata de um governo nem de outro, nem de período eleitoral, ou de eleições; nós estamos votando é o nosso Paraná, nós estamos suprimindo a possibilidade de o Governo empenhar 3 doze avos da despesa do seu Orçamento quando ele tem 3 meses de administração pela frente.

Quer dizer, é normal e é justo que nós venhamos a dar essa possibilidade de empenhar 3 doze avos para poder dar continuidade às obras do Paraná até o final do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicitamos as pessoas estranhas ao Plenário que permaneçam nas laterais para que possamos fazer a verificação de votação.

O SR. LUCIANO PIZZATTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, existe um requerimento na Mesa que todas as verificações de votação seriam em forma de chamada nominal.

Eu gostaria de ser esclarecido sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não foi votado esse requerimento.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Então, se não foi votado, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo ao requerimento do Deputado Luciano Pizzatto, solicitamos ao 1° Secretário, Deputado Ezequias Losso, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Ezequias Losso) - procede à chamada nominal.

35 Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Iremos proceder à verificação de votação requerida pelo Deputado Lindolfo Júnior, para a Emenda Supressiva ao Projeto de Lei n° 622/90.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

11 Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

20 Senhores Deputados rejeitam.

Em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado o Projeto.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será devidamente anotado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 626/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria a região administrativa de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 626/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade criar a Região administrativa de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome.

Sob aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE, pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 628/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que concede título de Cidadania Honorária do Paraná ao Senhor José Divino da Rocha. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 628/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o Projeto em tela concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Divino da Rocha.

O projeto de lei que ora examina-se, visa homenagear e reconhecer, através do Senhor José Divino da Rocha, a bravura de homens que, no anonimato, fizeram e continuam a fazer uma Nação cuja riqueza produzem mas dela não fazem parte.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e por não existirem óbices legais e/ou constitucionais ao trâmite deste plano de lei, nesta Casa, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 202/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 167/90- ex-Proposição n° 151/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar ao senhor Júlio Siqueira o imóvel constituído do lote n°152, da gleba 15, da colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com área de 239.9174 hectares. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 203/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 137/90- ex-Proposição n° 132/90), que autoriza o Estado do Paraná a celebrar termo de cooperação técnica com a UFPR, visando o desenvolvimento de atividade conjunta de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área do meio ambiente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução, n° 204/90, de autoria da Comissão Geral, Mensagem n° 123/90, ex-Proposição n° 119/90), que autoriza o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o IPARDES, visando a prestação de apoio financeiro do Estado, para a realização de projetos e publicações, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 205/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 181/90, ex-Proposição n° 167/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Alceu Alves Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros ou a seus sucessores, o imóvel constituído do lote 04 da

gleba 18 da colônia Boa Ventura, município de Pitanga, neste Estado, com área de 203,2941 hectares. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 206/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 120/90, ex-Proposição n° 107/90), que ratifica o acordo de cooperação técnica já celebrado por motivo de urgência, em 05.06.90, entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria da Educação, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 209/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 205/90- ex-Proposição n° 176/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 210/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 204/90, ex-Proposição n° 175/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 211/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 166/90, ex-Proposição n° 150/90), que autoriza o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 212/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 214/90- ex-Proposição n° 177/90), que autoriza o Poder Executivo a alienar à União o imóvel constituído do lote n° 139 da gleba 15 da colônia Boa Ventura, município de Pitanga. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 214/90, de autoria da CPI da Saúde, que aprova o relatório final da comissão parlamentar de inquérito que averiguou possíveis irregularidades na área de saúde, no tocante à compra de produtos médicos-hospitalares.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar o voto contrário ao relatório final da Comissão sobre essa Parlamentar de Saúde. Reportamos desde a sua constituição. Uma Comissão, e aqui com o devido respei-

Curitiba, terça, em 08.01.91

to aqueles que a integraram e sabem que estive lá muitas vezes, essa Comissão foi instalada, ela andou grande parte sem indicação dos componentes que faziam parte de todas as Bancadas que faziam parte, muitas oportunidades, esta Comissão ouviu pessoas até mesmo em determinados momentos sem quórum necessário para poder dar prosseguimento a ela, e quer me parecer de que o resultado, o resumo da CPI, ela está citando fatos contraditórios dentro da CPI, fazendo a sua conclusão a respeito dos resultados apurados, quando me parece que o dado até pelo andamento da CPI, o dado mais concreto, a forma mais correta, seria levantar as declarações feitas na CPI, uns a favor outros contra e encaminhar os depoimentos para a justiça cumprindo o papel da CPI, encaminhar sem conclusão, para que a Justiça no seu prosseguimento, através do Ministério Público viesse a instaurar o procedimento jurídico, para poder concluir no final dele, reouvindo as pessoas que aqui tiveram, eu quero registrar esse voto contrário, antecipadamente, porque eu acredito que nós não venhamos mais proceder a CPI no afogadilho, no instante de eleição, dificultando muitas vezes o próprio quórum de andamento da CPI.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro que talvez essa tenha sido uma das poucas CPI desta Casa, que realmente funcionou, destes quatro anos que eu sou Deputado nesta Assembléia Legislativa, participei de muitas CPI's e me parece que por interesses outros estas CPI's não chegaram ao seu final. Esta CPI da Saúde, que eu tive a honra de presidir e contar com a presença dos Deputados que dela fizeram parte, lamentando que os Deputados indicados pela Bancada do PMDB só foram indicados quase que no final desta CPI e não por culpa da Comissão, mas, talvez, por algum problema existente dentro da própria Bancada do PMDB. Houve este problema de indicação dos seus Parlamentares.

Então, eu quero aqui, em nome dos Deputados que aqui vieram a esta Casa, em período eleitoral, que é importante se destacar, em período eleitoral, deixando de fazer a política lá fora, de ir lá no seu município, no seu bairro, pedir o voto, e que aqui vieram às 10 horas da manhã, todas as terças-feiras, quartas-feiras e até às quintas-feiras, para as sessões, ouvindo as pessoas convocadas por esta CPI! Eu não posso aceitar esta pecha dada a essa Comissão, que foi uma das únicas CPI's que chegou ao seu final, nesta Casa, ela foi isenta, ela foi uma Comissão que ouviu todas as partes envolvidas. E além do mais, tem a corroborar a validade deste relatório, dois inquéritos da Polícia

Federal!

Então, é preciso deixar bem claro isto: se esta Casa peca, se há contra a Assembléia, quando se fala em formar CPI é para que a coisa não dê resultado nenhum, esta deu resultado! Ou nós valorizamos esta Casa, aqueles que vierem trabalhar, aqueles que procuraram levantar os fatos, dentro daquilo que foi denunciado. Ou nós, então, não formamos mais CPI, nesta Casa, para nada! Porque esta CPI, me permitam, me desculpe, Deputado Caíto Quintana, o respeito que tenho por V. Exa., Deputado que preside a Mesa, inclusive; Deputado Dirceu Manfrinato, que participou em algumas reuniões da CPI, nós tivemos toda a isenção, em procurar ouvir todas as partes envolvidas. E ao final, apresentamos um relatório, baseado inclusive, em cópias do inquérito policial, de dois inquéritos policiais que existem na Polícia Federal.

Então eu quero, apenas dizer que em momento algum esta CPI, pelo que entendi do Deputado Caíto Quintana, foi uma CPI dirigida. Em momento algum! O ex-Secretário de Saúde teve todas as oportunidades. E demos a ele, uma outra oportunidade, porque ele veio para fazer um depoimento, acabaram esvaziando a sessão da CPI, nós concordamos em dar uma outra oportunidade ao Secretário, e daríamos tantas quantas fossem necessárias, porque afinal de contas, nós não tínhamos pressa para encerrar o trabalho. Nós queríamos, realmente, concluir o trabalho da melhor maneira possível. Foi assim que nós, e a Presidência, agimos desta maneira. Por isso, eu queria cumprimentar os Senhores Deputados e dizer a todos que vão votar neste momento, ou esta Casa resgata a sua dignidade, ou esta Casa faz valer as CPI's, ou daqui para a frente não convoque mais o Deputado Algaci Túlio para participar de uma CPI!

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu apenas usei da palavra para fazer o posicionamento do meu voto contrário. Não para a defesa nem para a acusação das CPI's. Aliás, participei desta CPI e Vossa Excelência sabe muito bem.

E me comportei, nesta CPI, como um integrante deste Poder. Muitas vezes, inclusive, deixando de questionar fatos, fazer perguntas, para as pessoas que lá estavam.

No entanto, apenas para não parecer uma afirmação, de minha parte sem fundamento algum, já que o Deputado Algaci Túlio levou para o ponto de que eu estivesse desmerecendo o trabalho da CPI, e não o estou fazendo.

O que estou dizendo é que nesta própria CPI, na justificativa do meu voto, e existem registros, nas notas taquigráficas, de fatos que eu não concordava, como o número de integrantes, muitas

vezes não condizente.

E, para não gerar polêmica, Deputado Algaci Túlio, em qualquer instante fora da sessão, eu desafio este Parlamento, já que nós falamos em CPI's formadas, instaladas, eleitas, em andamento, dentro dos critérios do que deve ser uma avaliação, eu desafio a Presidência desta CPI, então, para se tornar uma coisa só entre nós dois, não ser este Parlamento, que apresente qualquer documento, de que como Líder da Bancada do PMDB eu tenha sido comunicado do dia que esta CPI se reuniu pela primeira vez e elegeu o seu Presidente e o seu Relator. Nós entramos na CPI tarde, exatamente porque nas primeiras reuniões da CPI, não existe em instante nenhum, comunicado para a nossa Bancada! E eu duvido que seja apresentado, neste plenário, ou para mim ou em qualquer lugar, um documento sequer, da Mesa da Assembléia ou dos integrantes da CPI, que nós tenhamos sido comunicados de que a CPI iria se reunir no dia "x" ou no dia "y", em tal lugar, e eleger os seus membros para compor a sua Presidência.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Quero relembrar ao Deputado Caíto Quintana que, se não me engano, foi S.Exa. quem indicou os membros do PMDB para fazerem parte da CPI.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Indiquei os membros.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Vossa Excelência sabia que existia uma CPI.

Eu quero deixar bem claro, e chamo o testemunho de quase todos os Parlamentares, Sr. Presidente, de que ao final de todas as sessões neste plenário aqui eu chamava a atenção dos Parlamentares que compõem a Comissão Parlamentar de Saúde, Deputado Alborghetti, que amanhã determinada hora vai ter a CPI. Ora, publicamente, a imprensa cansou de noticiar, esse processo contra o ex-secretário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu estou citando que nós indicamos membros, mas a reuniões de instalação da CPI para sua composição, a votação dos seus integrantes nós não participamos, as notas da CPI estão lá, não têm presença nossa, e nós não fomos comunicados. Mas eu não quero polemizar. Termine o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, eu quero dizer ao Deputado Algaci Túlio que eu tive o prazer de presidir uma das

primeiras CPIs instalada nesta Casa que foi a CPI da Merenda Escolar. Tivemos do nosso lado o companheiro Deputado Rafael Greca como vice-Presidente e chegamos até o final dela. E na oportunidade que faço o anúncio da CPI que presidimos com prazer, eu também registro meu voto contrário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar) - Sr. Presidente, nós não queremos aqui, de forma nenhuma tirar o mérito desta CPI cuja Presidência é do Deputado Algaci Túlio. Apenas participei uma vez de uma reunião dessa CPI, e essa vez que participei ficou impossibilitado qualquer depoimento do Sr. ex-Secretário de Saúde Dr. Manoel. E as razões levantadas foi de que o acusado não tinha sequer recebido em nenhum momento de várias reuniões feita da CPI da Saúde qualquer documento que chegasse às mãos do Sr. Secretário para sua defesa.

Não aceitei a forma do convite, ou seja, da intimação que recebeu o Sr. ex-Secretário da Saúde para depor na Assembléia Legislativa do Estado. A forma foi a forma mais violenta e sangrenta que pode ser assinada por um Presidente de uma CPI que representa a Assembléia Legislativa do Paraná, ameaçando, inclusive, o ex-Secretário, se não comparecesse à CPI de usar as forças policiais para conduzir o Secretário até a Assembléia Legislativa do Estado.

Eu entendo que nós que aprovamos e fazemos as leis, nós que pregamos neste plenário a democracia tanto no Paraná como desejamos no Brasil, não são com essas formas que se faz uma intimação para depor um ex-Secretário de Saúde.

Quanto ao mérito da questão da CPI do relatório não nos importa, todos os Srs. Deputados, principalmente V.Exa. Deputado Algaci Túlio, sabe do comportamento do Governador que o Paraná tem na história do Brasil em todos os estados brasileiros, foi o único governador do país foi o Governador do Paraná que colocou os "gatos" na cadeia e acabou com grande parte da corrupção deste Estado. Então não há nenhuma preocupação desse Deputado em relação do resultado positivo ou negativo da CPI. Primeiro, já se encontra inquérito na Polícia Federal. Está a justiça comum para julgar. Então eu vou votar contra esse Parecer em razão do desrespeito que houve da CPI da forma que intimaram o ex-Secretário da Saúde.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - ...Desejo esclarecer, Senhor Presidente, e pena que eu não tenha em mãos aqui o "dossier" da CPI. A doutora Débora que nos assessorou e, tecnicamente, nos deu todo o acompanhamento

to, assessoramento, e em momento algum essa CPI usou ou abusou do seu poder de intimação, de convite ao ex-secretário. Ele foi convidado por várias vezes, chegou até, numa ocasião, a receber um funcionário desta Casa, se não me engano de nome Sandro, que poderá até vir a este plenário testemunhar isso, se Vossa Excelência Presidente, permitir e lhe pediu: "Diga ao Presidente da CPI que você não me encontrou". O próprio ex-secretário disse ao funcionário que foi levar a intimação. Foi, então, na terceira vez, dentro das prerrogativas normais do que permite a lei, que foi feito o convite, já, evidentemente ao ex-secretário.

Então, de qualquer maneira, eu quero deixar bem clara a minha posição e a posição dos Parlamentares que trabalharam na CPI que, nós fizemos o nosso papel, ouvimos todas as partes, os depoimentos estão aí, os documentos estão aí, dois inquéritos na Polícia Federal, se quiserem aprovar o relatório ou não, a minha consciência e a dos Deputados que participaram da CPI, eu tenho certeza, está tranqüila; se quiserem abonar a conduta irresponsável do ex-secretário, votem contrário a este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Resolução n° 214/90. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto de resolução que aprova o relatório final permaneçam como estão. REJEITADO.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência está requerendo verificação de votação?

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Não, eu não requeri nada. Vossa Excelência fez a votação e apenas três Deputados levantaram.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa anunciou o resultado. O projeto foi votado contrário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Como votado contrário! Eu solicitei verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa constatou a maioria dos presentes votando contrário.

Vossa Excelência requer verificação de votação, nós procederemos.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n° 214/90, de autoria da CPI da Saúde que aprova o relatório fi-

nál da Comissão Parlamentar de Inquérito, queiram se levantar. 17 (dezesete) Senhores Deputados aprovam. Os Deputados que rejeitam o projeto de resolução queiram levantar. 13 (treze) Senhores Deputados rejeitam. Está APROVADO o projeto de resolução.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 323/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emendas em n° de 02 (duas), de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, sendo 01 (uma) evidentemente apoiada, e a outra com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Eduardo Baggio e Dirceu Manfrinato, nos seguintes termos:

EMENDA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 323/89

Dá nova redação ao "caput" do artigo 8°:

"Artigo 8° - A criação de Distritos far-se-á por lei municipal, mediante representação do Prefeito Municipal, com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 de seus membros, obedecidas as seguintes condições:"

Sala das Sessões, em 22.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Namir Piacentini e Eduardo Baggio

EMENDA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 323/89

Suprima-se do artigo 4° a seguinte expressão:

"OU DE DISTRITOS".

Sala das Sessões, em 22.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Algaci Túlio, Eduardo Baggio e Dirceu Manfrinato.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zannusso, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 323/89.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n° 323/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 611/90, de autoria dos Deputados Raul Lopes e outros, que acresce parágrafo único ao artigo 1° da Lei n° 8521, de 06.07.87, modificado pela Lei n° 9114, de 10.11.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a re-

tirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 611/90, constante da pauta da sessão de hoje.- Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 611/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Raul Lopes e outros, tem por finalidade acrescentar parágrafo único ao art. 1° da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificado pela Lei n° 9114, de 10 de novembro de 1989.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente
(a) PIRAJÁ FERREIRA
Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 201/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 24/90, ex-Proposição n° 21/90), que ratifica o protocolo de intenções firmado em 12.01.90, entre o Estado do Paraná, APPA e a PORTOBRÁS, visando ampliar o corredor de exportação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 384/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 127/90), que revoga o § 2° do artigo 94 da Lei n° 8485, de 03.06.87. (Auditoria).

PROJETO DE LEI N° 384/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica revogado o § 2°, do artigo 94, da Lei 8.485 de 03 de junho de 1987.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) PODER EXECUTIVO

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 384/90

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 127/90, o plano de lei em questão tem por finalidade revogar o § 2° do artigo 94, da Lei n° 8485, de 03 de janeiro de 1987.

Conforme justificativa governamental que acompanha a proposta em tela, temos que a medida se torna oportuna e necessária, não confrontando qualquer dispositivo de natureza legal, constitucional e regimental.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a se pronunciar, vem a fazê-lo no sentido de ser FAVORÁVEL à matéria ora em análise, pelos motivos supracitados.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n° 384/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente
(a) LINDOLFO JÚNIOR
Relator

Aprovado o parecer e o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 448/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe sobre a lei orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências.

PROJETO DE LEI N° 448/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

TÍTULO I

DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° - Esta lei dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e define sua competência e atribuições.

Art. 2° - O Tribunal de Contas é integrado por sete Conselheiros e tem sede na Capital do Estado.

CAPÍTULO II

DA JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Art. 3° - O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa, em todo o território do Estado do Paraná, sobre matérias sujeitas à sua competência.

Art. 4° - A jurisdição do Tribunal abrange qualquer pessoa física, jurídica ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária, incluindo:

I - aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário ou ao patrimônio público;

II - os responsáveis pela aplicação

dos recursos provenientes das indenizações recebidas pelo Estado, resultantes da exploração de bacias petrolíferas, hidrográficas e outras;

III - os responsáveis pelas contas estaduais das empresas supra-estatais de cujo capital o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

IV - os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestam serviços de interesse público ou social;

V - todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam vinculados à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

VI - os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante adiantamento, convênio, acordo, ajuste ou outros meios equivalentes;

VII - os servidores responsáveis pela arrecadação de tributos;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se referem este artigo e seus incisos.

Art. 5º - Ao Tribunal de Contas compete:

I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos órgãos e unidades dos Poderes do Estado e dos Municípios, inclusive Fundações, Empresas e Sociedades de Economia Mista, instituídas ou mantidas pelo poder público estadual e municipal, e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

II - exercer fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial dos órgãos e unidades referidas no inciso I deste artigo, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade mediante inspeções e auditorias ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno.

Art. 6º - Compete, ainda, ao Tribunal de Contas:

I - apreciar as contas anuais prestadas pelo Governador do Estado, nos termos do art. 42 desta lei;

II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais nos termos do art. 44 e seguintes desta lei;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta dos Poderes do Estado e dos Municípios, incluídas as Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, instituídas ou mantidas pelo poder público estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em

comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

IV - fiscalizar a arrecadação da receita a cargo do Estado e dos Municípios e das entidades referidas no art. 53, inciso I, desta lei, mediante inspeções e auditorias, ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno;

V - homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, fiscalizando e acompanhando sua arrecadação e distribuição pelo Estado, mediante inspeções, auditorias ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno, dando ciência à Assembléia Legislativa de suas decisões;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados aos Municípios, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros meios equivalentes;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Poder Legislativo Estadual e Municipal, por qualquer das respectivas comissões sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e sobre o resultado das auditorias e inspeções que realiza;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidades de contas, as sanções previstas nos arts. 99 a 101 desta lei;

IX - assinar prazo de até trinta dias, prorrogável por igual período, para que o órgão ou entidade fiscalizada ou auditada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada qualquer ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo e aplicando ao responsável a multa cabível, na forma estabelecida nos arts. 99 a 101 desta lei;

XI - representar, ao poder competente, sobre irregularidades ou abusos que apurar no desempenho de suas atividades de controle externo, indicando o ato inquinado e definindo as responsabilidades do ordenador da despesa;

XII - conhecer, apreciar e julgar em grau de recurso das decisões fazendárias de única ou última instância contrárias ao erário, na forma estabelecida no art. 98 desta lei;

XIII - emitir, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da solicitação, pronunciamento conclusivo sobre a matéria que lhe seja submetida a apreciação pela Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa, nos termos do art. 76, §§ 1º e 2º, da Constituição Estadual;

XIV - solicitar ao Governador do Estado, nos termos da Constituição Estadual, intervenção nos Municípios;

XV - conhecer, verificar e decidir representações dos responsáveis pelos controles internos e denúncias formuladas por qualquer cidadão, partido político, associação civil ou entidade sindical, sobre irregularidades ou ilegalidade de ato ou fato da administração direta ou indireta do Estado e dos Municípios, incluídas as Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, instituídas ou mantidas pelo poder público estadual ou municipal, na forma prevista nos arts. 81 e 82, desta Lei;

XVI - conhecer, verificar e decidir as representações de licitantes contratados e de pessoas físicas ou jurídicas sobre irregularidades na aplicação das leis e dos regulamentos vigentes que disciplinam a licitação e os contratos administrativos, da forma do art. 83 desta lei;

XVII - encaminhar, trimestral e anualmente, o relatório de suas atividades e, quando do encerramento do exercício financeiro, prestar contas da execução orçamentária à Assembléia Legislativa;

XVIII - apreciar e resolver os casos fortuitos ou de força maior, alegados pelo responsável como escusa pelo desvio de dinheiro e valores públicos a seu cargo ou extravio de documentos comprobatórios, para o fim de ordenar o trancamento das respectivas contas quando não liquidáveis;

XIX - determinar, em caso especial de dificuldade ou impossibilidade da exibição de comprovante original de despesa, quais os documentos hábeis à comprovação;

XX - elaborar o seu Regimento Interno;

XXI - eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral e dar-lhes posse;

XXII - organizar o seu Corpo Administrativo;

XXIII - conhecer e decidir sobre direitos e vantagens legais dos Conselheiros, Auditores e membros da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal;

XXIV - decidir acerca dos atos de nomeações, exonerações, demissão, aposentadoria e outros direitos e vantagens legais dos funcionários de seu Quadro de Pessoal;

XXV - propor ao Poder Legislativo a fixação de vencimentos dos Conselheiros e Auditores;

XXVI - propor ao Poder Legislativo a criação, transformação e extinção de cargos do Quadro de Pessoal do seu Corpo Administrativo, bem como a fixação da respectiva remuneração, observados os limites orçamentários fixados e os níveis de remuneração, a qualquer título, adotados para os servidores do Poder Legislativo para cargos e funções iguais, assemelhados ou

equivalentes, no que couber;

XXVII - delegar atribuições;

XXVIII - decidir os casos de impedimentos, incompatibilidade ou suspeição impostos aos seus Conselheiros e Auditores;

XXIX - remitir débitos provenientes de acórdãos cujo valor atualizado seja igual ou inferior a trinta Bônus do Tesouro Nacional - BTN ou outro índice de atualização correspondente, fixado pelo Governo Federal.

Art. 7º - O Tribunal de Contas encaminhará ao Poder Executivo as propostas referentes aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do seu orçamento anual.

Parágrafo Único - A proposta do projeto de lei de diretrizes orçamentárias a que se refere este artigo compreenderá as metas e prioridades do Tribunal e incluirá as despesas de capital para o exercício subsequente.

Art. 8º - O Tribunal de Contas responderá consultas que lhe forem formuladas por autoridade competente sobre dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das disposições legais ou regulamentares relativas a matéria de sua competência.

§ 1º - Podem encaminhar consultas os chefes dos Poderes do Estado e dos Municípios, os Deputados Estaduais, os Secretários de Estado, os dirigentes de Autarquias, Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, outros órgãos autônomos ligados à administração pública estadual ou municipal, bem como as entidades representativas de Municípios, das Câmaras Municipais, dos Prefeitos e dos Vereadores.

§ 2º - A consulta obedecerá a procedimento preferencial, e a decisão que a ela responder, quando unânime, terá caráter normativo e constituirá prejudgamento da tese, mas não do fato ou do caso concreto.

Art. 9º - Ao Tribunal de Contas, no âmbito de sua jurisdição, assiste o poder regulamentar, podendo em consequência, expedir atos e instruções normativas que terão forma de Provimento, sobre quaisquer matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, sendo obrigatório seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

Art. 10 - No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e economicidade dos atos de questão e das despesas decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 11 - Integram o Tribunal de Contas:

Tribunal Pleno
Conselho Superior
Presidência
Corregedoria Geral
Auditoria
Procuradoria do Estado
Unidades Administrativas
Corpo Administrativo

Art. 12 - O Tribunal de Contas poderá dividir-se em Câmaras e criar delegações ou Órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício de suas funções e na descentralização de seus trabalhos, mediante deliberação da maioria absoluta de seus Conselheiros titulares.

Parágrafo Único - A competência, o número, a composição, a presidência e o funcionamento das Câmaras serão estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 13 - As sessões de julgamento e a ordem dos trabalhos dos seus órgãos colegiados serão regulados no Regimento Interno.

Art. 14 - O Tribunal de Contas deliberará por meio de acórdãos, resoluções, atos normativos, instruções e provimentos, na forma do Regimento Interno.

Parágrafo Único - As decisões do Tribunal serão objeto de uniformização, através de súmulas, na forma do Regimento Interno.

Art. 15 - Funciona junto ao Tribunal de Contas a Procuradoria do Estado, na forma estabelecida no capítulo VIII, do título II, desta lei.

CAPÍTULO II

DO TRIBUNAL PLENO

Art. 16 - O Tribunal Pleno, órgão máximo de deliberação do Tribunal de Contas, dirigido por seu Presidente, que terá voto de desempate, compõe-se de todos os Conselheiros.

Parágrafo Único - O Tribunal Pleno terá a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

SEÇÃO ÚNICA

DOS CONSELHEIROS

Art. 17 - Os Conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Art. 18 - Os Conselheiros do Tribunal de Contas serão escolhidos;

I - dois sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente dentre Auditores e membros da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - cinco sétimos pela Assembléia Legislativa.

Art. 19 - Os Conselheiros do Tribunal de Contas terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo, quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

Parágrafo Único - Os Conselheiros do Tribunal de Contas gozarão das seguintes garantias e prerrogativas:

I - vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial;

II - inamovibilidade;

III - irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, incluindo os de renda e os extraordinários;

IV - aposentadoria voluntária ou a pedido, com proventos integrais, compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço, contados na forma da lei, observada a ressalva prevista na parte final do "caput" deste artigo.

Art. 20 - É vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - dedicar-se a atividade político-partidária.

Art. 21 - Os Conselheiros elegerão o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Geral do Tribunal para mandato correspondente a um ano, admitida reeleição por mais um mandato.

§ 1º - A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, exigindo-se sempre a presença da maioria absoluta dos seus membros titulares, inclusive do que presidir o ato.

§ 2º - Na primeira sessão plenária do novo exercício civil, os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo por motivo justificado.

§ 3º - No caso de vacância, a eleição realizar-se-á no prazo de quinze dias após

o evento, obedecido o disposto no § 1º.

§ 4º - O eleito para a vaga que ocorrer antes do término do mandato exercerá o cargo pelo período restante.

§ 5º - Não se procederá à nova eleição se a vaga ocorre dentro dos sessenta dias anteriores ao término do mandato.

§ 6º - A eleição do Presidente precederá a do Vice-Presidente e a deste a do Corregedor Geral.

§ 7º - Considerar-se-ão eleitos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral os Conselheiros que, no respectivo escrutínio, obtiverem a maioria absoluta de sufrágios.

§ 8º - Se nenhum dos Conselheiros obtiver maioria absoluta dos sufrágios, proceder-se-á a novo escrutínio, prevalecendo, neste caso, o critério da maioria relativa.

§ 9º - Em caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio, e se persistir o empate, dar-se-á como eleito o mais antigo no cargo de Conselheiro ou de mais idade, se tiverem a mesma antiguidade.

Art. 22 - O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Vice-Presidente, o Presidente será substituído pelo Conselheiro mais antigo no exercício do cargo.

Art. 23 - Os Conselheiros serão substituídos em suas ausências, impedimentos e afastamentos legais, pelos Auditores, mediante convocação do Presidente do Tribunal.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 24 - O Conselho Superior do Tribunal de Contas é constituído de 05 (cinco) Conselheiros, excluídos o Presidente e o Corregedor Geral, e será presidido pelo Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal.

Parágrafo Único - O Conselho Superior terá organização, competência e funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA

Art. 25 - Compete ao Presidente, além das atribuições previstas no Regimento Interno:

- I - dirigir o Tribunal;
- II - representar o Tribunal em suas relações com os Órgãos dos Poderes do Estado e dos Municípios, com pessoas jurídicas de direito público ou privado e com pessoas físicas;
- III - dar posse aos Conselheiros, Auditores, Procuradores do Estado junto ao Tribunal, dirigentes de unidades administrativas do Tribunal e a seus servidores.
- IV - expedir atos de nomeação, admi-

são, promoção, remoção, transferência, dispensa, exoneração, aposentadoria e outros, relativos aos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal, fazendo-os publicar no Diário Oficial do Estado.

V - diretamente ou por delegação, movimentar as dotações e os créditos orçamentários próprios e praticar os atos de administração financeira, orçamentária e patrimonial necessários ao funcionamento do Tribunal.

CAPÍTULO V

DA CORREGEDORIA GERAL

Art. 26 - A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas tem como titular o Corregedor Geral, na pessoa do Conselheiro eleito para o cargo e na forma prevista nesta lei e no Regimento Interno.

Art. 27 - Ao Corregedor Geral do Tribunal, além das atribuições previstas no Regimento Interno, compete:

- I - proceder, por deliberação própria ou do Tribunal, correições gerais ou parciais, ordinárias ou extraordinárias, bem como inspeções correicionais nos assuntos pertinentes às atribuições e à competência do Tribunal, atuando interna ou externamente, na forma estabelecida no Regimento Interno;
- II - interpor recursos em matéria administrativa do Tribunal.
- III - recorrer, quando verificar equívoco por ocasião do cumprimento de decisão.

CAPÍTULO VI

DA AUDITORIA

Art. 28 - A Auditoria, integrada por sete Auditores, terá organização, atribuições e funcionamento disciplinados no Regimento Interno.

SEÇÃO ÚNICA

DOS AUDITORES

Art. 29 - Os Auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador do Estado, na forma da lei.

Art. 30 - Os Auditores terão as mesmas garantias e impedimentos dos Conselheiros e, quando substituírem estes por, no mínimo, trinta dias, os mesmos vencimentos.

Art. 31 - Os vencimentos dos Auditores serão revistos sempre que forem alterados os do funcionalismo público estadual, mas nunca poderão ser superiores aos dos Conselheiros.

Art. 32 - Os Auditores, quando não estiverem substituindo Conselheiro, presidirão à instrução dos processos que lhes forem distribuídos, relatando-os em Plenário e/ou Câmaras com proposta de decisão, e exercerão as demais funções que lhes forem atribuídas no Regimento Interno.

CAPÍTULO VII

DAS UNIDADES ESTRUTURANTES:
DE ASSESSORAMENTO, CONTROLE E
APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 33 - São unidades do Tribunal de Contas:

DE ASSESSORAMENTO

I - Assessoria Jurídica

II - Assessoria Técnico Administrativa da Auditoria

DE CONTROLE

III - Controladoria Geral

Controladoria de Contas Municipais

Controladoria da Receita

Controladoria de Tomada de Contas

Controladoria de Execução do Orçamento e do Patrimônio

Controladoria de Pessoal

Inspetoria de Controle

DE APOIO ADMINISTRATIVO

IV - Diretoria Geral

Diretoria de Recursos Humanos

Diretoria de Contabilidade e Finanças

Diretoria de Protocolo Geral

Diretoria de Administração do

Material e Patrimônio

Diretoria de Processamento de

Dados

Coordenadorias

Divisão Médico-Odontológica

Parágrafo Único - As unidades de assessoramento, de controle, de apoio administrativo e seus desdobramentos, que integram o Corpo Administrativo do Tribunal, terão organização, atribuições e funcionamento disciplinados no Regimento Interno.

SEÇÃO I

DO CORPO ADMINISTRATIVO

Art. 34 - O Corpo Administrativo do Tribunal de Contas, constituído de todo o seu funcionalismo, forma o Quadro de Pessoal do Tribunal, estruturado em cargos efetivos e em Comissão, cujos vencimentos e vantagens serão fixados em lei.

Art. 35 - O Quadro Próprio de Pessoal do Tribunal de Contas, de regime jurídico único, terá a sua estrutura orgânica e as atribuições fixadas por lei.

Parágrafo Único - O Tribunal poderá transformar e reclassificar cargos em comissão e funções de confiança de seu Corpo Administrativo, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

SEÇÃO II

DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 36 - As funções de assessoramento jurídico bem como a supervisão desses serviços não exercidos pelos Consultores Jurídicos e Assessores Jurídicos do Tribunal, que integram a Assessoria Jurídica, vinculada à Presidência, cujos cargos constituem a carreira jurídica, na forma do art. 56 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 37 - A Assessoria Jurídica terá organização, atribuições e funcionamento definidos no Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

DA PROCURADORIA DO ESTADO
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 38 - A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, à qual se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, compõe-se de sete Procuradores, e um Procurador Geral, nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros, bacharéis em Direito.

§ 1º - Procurador Geral, nomeado em comissão pelo Governador do Estado, com a responsabilidade da Chefia da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, terá tratamento protocolar e vencimentos correspondentes ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

§ 2º - Competem ao Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas no Regimento Interno, as seguintes atribuições:

a) promover a defesa da ordem jurídica, requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da justiça, da administração e do Erário;

b) comparecer às sessões do Tribunal e dizer do direito, verbalmente ou por escrito, nos assuntos sujeitos à jurisdição do Tribunal, sendo obrigatória sua audiência nos processos de tomada ou prestação de contas e nos concernentes aos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, e de denúncias e consultas;

c) promover, junto à Procuradoria Geral do Estado ou, conforme o caso, perante os dirigentes das entidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado, a cobrança de dívida resultante de decisão do Tribunal, inclusive o arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, devendo ser ouvido quando da liberação dos bens arrestados e sua respectiva restituição;

d) interpor os recursos permitidos em lei;

§ 3º - A Procuradoria do Estado contará com Assessoria Econômica, Financeira e Administrativa, composta de Técnicos de Controle Econômico, de Controle Contábil e de Controle Administrativo e com apoio administrativo e de pessoal da Secretaria do Tribunal.

§ 4º - O Setor da Jurisprudência terá um Assessor Jurídico, integrante do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Art. 39 - O ingresso no cargo de Procurador junto ao Tribunal de Contas dependerá da aprovação prévia em concurso de prova e títulos, organizado e realizado pelo Tribunal de Contas, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

Art. 40 - Aos Procuradores compete, por delegação do Procurador Geral, exercer as funções previstas no § 2º do art. 38 desta lei.

Parágrafo Único - Em caso de vacância e em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, o Procurador Geral será substituído pelos Procuradores, observada, em ambos os casos, a ordem de antigüidade no cargo, ou a maior idade, no caso de idêntica antigüidade, fazendo jus, nessas substituições, aos vencimentos do cargo exercido, quando atingirem trinta dias consecutivos.

Art. 41 - Aos membros da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, pertinentes a direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar e forma de investidura.

TÍTULO III

DA APRECIÇÃO E DO JULGAMENTO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS

CAPÍTULO I

DAS CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 42 - Ao Tribunal de Contas compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento.

Parágrafo Único - As contas serão encaminhadas através da Assembléia Legislativa, até sessenta dias após o início do período das Sessões Legislativas e consistirão dos balanços gerais do Estado, em

cada exercício, e serão demonstradas através dos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial, da demonstração das variações patrimoniais, bem como do Relatório da execução física do orçamento da Administração direta e indireta e respectivo balanço consolidado.

CAPÍTULO II

DAS CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 43 - O Controle Externo das Câmaras Municipais será exercido com auxílio do Tribunal de Contas, competindo-lhe, no que couber, o disposto no artigo 6º, VII, desta lei.

Art. 44 - Ao Tribunal de Contas compete apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais, mediante a emissão de parecer prévio.

Art. 45 - As contas do Prefeito e as da Câmara Municipal serão encaminhadas ao Tribunal até o dia 31 de março do exercício subsequente às mesmas.

§ 1º - Não sendo prestadas as contas devidas, na forma da lei, o Tribunal solicitará ao Governador a intervenção do Estado no Município, nos termos do art. 20, inciso II e § 1º, da Constituição Estadual.

§ 2º - Aprovada a intervenção e nomeado o interventor, este prestará as contas devidas à Câmara Municipal e ao Tribunal, nas mesmas condições estabelecidas para o Prefeito Municipal.

Art. 46 - É nulo o julgamento das contas do Prefeito e da Câmara Municipal, sem que, sobre elas, o Tribunal haja exarado parecer prévio.

Art. 47 - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

Art. 48 - Estarão sujeitas à prestação ou tomada de contas as pessoas e entidades indicadas no art. 4º desta lei, sendo que só por decisão do Tribunal de Contas, comprovada por certidão, podem ser liberadas dessa responsabilidade.

Art. 49 - As contas dos administradores responsáveis a que se refere o artigo anterior serão anualmente submetidas a

juízo do Tribunal, sob a forma de prestação ou tomada de contas, e organizadas de acordo com as normas estabelecidas em Instrução Normativa do Tribunal.

§ 1º - O processo de prestação de contas anual será apresentado ao Tribunal até o dia 30 de abril do ano subsequente ao exercício a que se reporta.

§ 2º - O não encaminhamento da prestação de contas, no prazo do parágrafo anterior, importará em responsabilização do administrador sem prejuízo das sanções previstas no artigo 101 desta lei.

Art. 50 - Nas prestações ou tomadas de contas devem ser incluídos os recursos orçamentários e extra-orçamentários.

Art. 51 - A omissão do dever de prestar contas, a não comprovação da aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, a qualquer título, a entidade de direito público ou privado, a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens e valores públicos, ou, ainda, a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, obrigará a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária a instaurar tomada de contas para suprir a omissão ou determinar a autoria da ocorrência e adotar medidas corretivas cabíveis, quando for o caso.

Parágrafo Único - Não atendido o disposto neste artigo, o Tribunal determinará a tomada de contas especial, fixando o prazo para a sua conclusão.

Art. 52 - Integrarão prestação ou tomada de contas, inclusive a tomada de contas especial, dentre outros elementos estabelecidos no Regimento Interno ou ato próprio do Tribunal, necessariamente

I - relatório de gestão;

II - relatório do tomador de contas, quando houver;

III - relatório de auditoria, com o parecer dos dirigentes do Órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas constatadas, vistas no art. 76 desta lei.

SEÇÃO I

DAS CONTAS DOS RESPONSÁVEIS PELA ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS

Art. 53 - Nos processos de liquidação de contas dos responsáveis pela arrecadação de tributos estaduais, observar-se-á o

seguinte:

I - a Secretaria de Estado da Fazenda, dentro de trinta dias, contados a partir do encerramento do mês do recolhimento do tributo, encaminhará ao Tribunal de Contas os balancetes da receita acompanhados da respectiva documentação;

II - com base nos balancetes referidos no inciso I, será organizada a tomada de contas anual de cada responsável, para exame e julgamento do Tribunal;

III - ao examinar as tomadas de contas dos responsáveis, o Tribunal os julgará quites ou em débito, mandando, no primeiro caso, passar-lhes a provisão de quitação ou condenando-os no segundo caso a pagar o débito apurado na forma estabelecida no inciso IV;

IV - ao ser julgado em débito pela cobrança de tributos com insuficiência, o responsável deverá recolher a importância apurada, acrescida dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária, calculados com termo inicial e coeficientes de acordo com a legislação do tributo;

V - no caso de cobrança de tributos estaduais com insuficiência, a responsabilidade será do agente fiscal arrecadador, porém na impossibilidade da identificação deste, do Diretor da Receita do Estado;

VI - Será aplicada a multa de cem vezes o maior valor de referência, ou outro valor unitário que venha a substituí-lo em virtude de dispositivo legal superveniente, aos responsáveis que deixarem de atender, sem justificativa, os prazos estabelecidos nesta lei ou pelo Tribunal e àqueles que, agindo com dolo, desídia ou culpa, foram julgados em débito na forma do inciso IV deste artigo;

VII - nos casos de exoneração, demissão, falecimento do responsável, bem como de desfalque ou desvio de bens do Estado, comunicado o fato, a tomada de contas será instaurada imediatamente pela Secretaria da Fazenda para exame e julgamento do Tribunal;

VIII - quando a liquidação das contas se referir a responsável falecido, a Secretaria de Estado da Fazenda fará anexar ao processo a certidão de óbito, na hipótese de ter sido aberto inventário, a relação dos herdeiros, inclusive meeiros, bens e dívidas, além de outros elementos esclarecedores;

IX - expirado o prazo para pagamento do débito sem a manifestação do responsável, o Tribunal poderá:

a) determinar o desconto em folha de pagamento integral ou parcelado da dívida dos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente; ou

b) autorizar a cobrança judicial da dívida por intermédio da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal.

X - A responsabilidade proveniente da arrecadação de tributos estaduais com insuficiência somente será ilidida com a justificação da improcedência do débito ou seu pagamento pelo responsável, aprovados pelo Tribunal de Contas.

SEÇÃO II

DA TOMADA DE CONTAS DOS ALMOXARIFES E FIEIS DE DEPÓSITOS

Art. 54 - A tomada de contas de almoxarifes e guardas de material terá por base os inventários dos bens e valores sob sua guarda, com as alterações, variações e transformações havidas no correr do exercício.

Art. 55 - A tomada de contas poderá ser:

I - anual, por encerramento do exercício;

II - ex-offício, instaurada pelo Tribunal de Contas;

III - eventual, nos casos de substituição dos responsáveis.

Art. 56 - Cada responsável deverá ter a seu cargo os livros de entrada e saída de materiais sem rasura, emendas ou entrelinhas, devendo neles escriturar os materiais e suas especificações, com indicação precisa dos documentos de carga e descarga.

Art. 57 - Quando o responsável for substituído, será lavrado um termo de transferência de responsabilidade, assinado pelo que termina e pelo que começa a gestão, sendo obrigatória a juntada de cópia desse termo aos processos de tomada de contas.

Parágrafo Único - Quando o responsável substituído se recusar a assistir e assinar o inventário e o respectivo termo, o fato deverá ser consignado nos mencionados documentos que, no caso, serão também

subscritos pela chefia que lhe for imediatamente superior.

Art. 58 - O responsável poderá solicitar a instauração de tomada de contas diretamente ao Secretário de Estado da área a que estiver vinculado e ao Tribunal de Contas, quando encontrar dificuldades para fazê-la regularmente.

Parágrafo Único - A falta de inventário não isenta o funcionário da responsabilidade pelos materiais e valores que tenham ou estejam sob sua guarda.

SEÇÃO III

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS

Art. 59 - A cada adiantamento, que somente será concedido a servidor estadual estável quite com a Fazenda Pública, corresponderá uma prestação de contas, constituída de documentos próprios e, obrigatoriamente, de certidão negativa de débito anterior de seu responsável, expedida pelo Tribunal.

§ 1º - As despesas deverão enquadrar-se na rubrica em que o adiantamento for orçamentariamente classificado e realizar-se dentro do respectivo período de aplicação.

§ 2º - Findo o período de aplicação do adiantamento, o responsável terá o prazo de trinta dias para dar entrada de sua prestação de contas na repartição respectiva e, esta, por sua vez, terá o prazo de trinta dias, a contar da data de entrega da prestação pelo responsável, para encaminhá-la ao tribunal para exame e julgamento.

§ 3º - A inobservância dos prazos fixados no parágrafo 2º implicará o pagamento de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, sobre o valor do adiantamento, até a respectiva entrega da prestação de contas à repartição competente ou o encaminhamento por esta ao Tribunal, sem prejuízo da imposição, aos responsáveis, das penas pecuniárias previstas no art. 101 desta lei.

§ 4º - Em qualquer caso, a prestação de contas da aplicação do adiantamento não poderá ultrapassar a 31 de janeiro do ano subsequente.

§ 5º - Em caso excepcional, devidamente justificado, o Tribunal poderá conceder prorrogação dos prazos estabelecidos, devendo ser solicitada a mesma antes do término do prazo para comprovação do adiantamento.

mento recebido.

§ 6º - Considerar-se-á alcance, salvo motivo justificado, a inobservância, por parte do responsável do disposto na primeira parte do parágrafo 2º deste artigo.

§ 7º - As importâncias glosadas nos processos de comprovação do adiantamento constituirão alcance e os responsáveis estarão sujeitos às penas da lei.

Art. 60 - É vedada a concessão de adiantamento a servidor em alcance ou já responsável por dois adiantamentos.

SEÇÃO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS TRANSFERIDOS COMO SUBVENÇÕES, AUXÍLIO, CONVÊNIOS E OUTROS

Art. 61 - As entidades de direito público ou privado que recebam recursos do Estado, sob a forma de subvenções, auxílio e através de convênios ou quaisquer outras transferências, ficam obrigadas a comprovar sua utilização nos objetivos previstos, sob pena de suspensão de novos repasses e da cominação de multa aos responsáveis conforme dispõe o art. 101 desta lei, além da intervenção de que trata o § 1º do art. 45 desta mesma lei, quando forem recursos transferidos pelo Estado a Municípios.

Parágrafo Único - Somente poderão receber os recursos de que trata este artigo as entidades que comprovarem quitação, mediante certidão negativa de débito, expedida pelo Tribunal de Contas.

Art. 62 - A cada repasse corresponderá uma prestação de contas, constituída de documentos originais próprios, que será remetida ao Tribunal até 31 de março do ano subsequente ao do recolhimento dos recursos.

Parágrafo Único - Os recursos não utilizados total ou parcialmente dentro do período de aplicação deverão ser recolhidos ao Tesouro do Estado, atualizados monetariamente.

SEÇÃO V

DAS DECISÕES EM PROCESSO DE PRESTAÇÃO OU TOMADA DE CONTAS

Art. 63 - A decisão em processo de prestação ou tomada de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

§ 1º - Preliminar é a decisão pela qual o Relator ou o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas,

resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação ou a audiência dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo.

§ 2º - Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.

§ 3º - Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas.

Art. 64 - O Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho singular, diretamente, por provocação do órgão de instrução ou da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal, o sobrestamento do julgamento, a citação ou a audiência dos responsáveis, ou outras providências consideradas necessárias ao saneamento dos autos, fixando o prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, para o atendimento das diligências, após o que submeterá o feito a julgamento.

Art. 65 - Verificada irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal:

I - definirá a responsabilidade individual e solidária pelo ato de gestão inquirido;

II - se houver débito, ordenará a citação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a quantia devida;

III - se não houver débito, determinará a audiência do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar as justificativas que tiver;

IV - adotará outras medidas cabíveis.

§ 1º - O responsável cuja defesa for rejeitada pelo Tribunal será cientificado para, em novo e improrrogável prazo estabelecido no Regimento Interno, recolher a importância devida, ou a multa aplicada.

§ 2º - Reconhecida pelo Tribunal a boa-fé, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo, se não houver outra irregularidade nas contas.

§ 3º - O responsável que não atender à citação ou a audiência será considerado revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.

Art. 66 - Ao julgar as contas, o Tribunal decidirá se estas são regulares, re-

gulares com ressalva, ou irregulares, definindo, conforme o caso, a responsabilidade civil e administrativa dos gestores.

Art. 67 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, ou ainda a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico que não seja de natureza grave e que não represente dano ao erário.

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial;
- c) dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 68 - Quando julgar as contas regulares, o Tribunal dará quitação plena ao responsável.

Art. 69 - Quando julgar as contas regulares com ressalva, o Tribunal dará quitação ao responsável e determinará, ou a quem haja sucedido na função, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas verificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outros semelhantes.

Art. 70 - Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a multa prevista no art. 101, inciso I, desta lei.

Parágrafo Único - Não havendo débito, mas comprovada qualquer das ocorrências previstas no art. 67, inciso III, o Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no art. 101, inciso I, desta lei.

Art. 71 - As contas serão julgadas ilíquidas quando, caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade de responsável, tornar materialmente

impossível o conhecimento do mérito a que se refere o art. 67, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, desta lei.

Art. 72 - O Tribunal ordenará o trancamento do processo das contas que forem consideradas ilíquidas e seu consequente arquivamento.

§ 1º - Dentro do prazo de cinco anos contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial do Estado, o Tribunal poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, mandar desarquivar o processo e determinar que seja ultimada a prestação ou tomada de contas.

§ 2º - Permanecendo o processo arquivado por todo o prazo referido no parágrafo anterior, as contas serão consideradas encerradas, com baixa de responsabilidade do administrador.

Art. 73 - O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinações de prestação ou tomada de contas.

TÍTULO IV DA AÇÃO FISCALIZADORA MEDIANTE INSPEÇÕES E AUDITORIAS

CAPÍTULO I DO CONTROLE INTERNO

Art. 74 - Os órgãos e unidades da administração direta e indireta dos Poderes de Estado e dos Municípios, no que couber, inclusive Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos, por entidades de direito privado;

III - exercer controle das operações de crédito, avais bem como dos direitos e haveres do Estado e de seus Municípios;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 75 - No apoio ao controle externo os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre ou-

tras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal, programação semestral de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, certificado de auditoria e parecer previstos no art. 6º, inciso VII desta lei;

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaura tomada de contas especial, sempre que tiver conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no art. 51 desta lei, ou para que suste a execução do ato eivado de irregularidade ou ilegalidade.

Art. 76 - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência de imediato ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º - Na comunicação ao Tribunal, o dirigente do Órgão de controle interno competente indicará as providências adotadas para:

I - corrigir a ilegalidade ou a irregularidade apurada;

II - ressarcir o eventual dano causado ao erário;

III - evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º - Verificada em inspeção ou auditoria, ou no julgamento das contas, irregularidades ou ilegalidade que não tenha sido comunicada tempestivamente ao Tribunal, e provada a omissão, o dirigente do órgão de controle interno, na qualidade de responsável solidário, fixará as sanções previstas, para a espécie, nesta lei.

§ 3º - O responsável pelo controle interno deve ser funcionário estável e a sua designação ou substituição comunicada ao Tribunal.

Art. 77 - O Secretário supervisor da área ou a autoridade de nível hierárquico equivalente emitirá, sobre as contas e o parecer de controle interno, expresso e indelegável pronunciamento, no qual atestará haver tomado conhecimento das conclusões nele contidas.

CAPÍTULO II

DAS INSPEÇÕES E AUDITORIAS

Art. 78 - As inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes do Estado, dos Municípios e demais entidades referidas no art. 6º, inciso VII desta lei, se-

rão realizadas ordinariamente pelas Inspetorias de Controle Externo do Tribunal de Contas e, extraordinariamente, por funcionários designados pela Presidência do Tribunal.

Art. 79 - O Tribunal, por decisão do Plenário, comunicará às autoridades competentes o resultado das inspeções e auditorias que realizar, para as medidas saneadoras das impropriedades e faltas identificadas.

Art. 80 - Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado às Inspetorias de Controle Externo e aos funcionários, em suas inspeções e auditorias, sob qualquer pretexto.

§ 1º - No caso de sonegação, será fixado prazo para apresentação dos processos, documentos, informações e esclarecimentos julgados necessários, comunicando o fato ao Secretário supervisor da área ou à autoridade de nível hierárquico superior para as medidas cabíveis.

§ 2º - Vencido o prazo e não cumprida a exigência, o fato será comunicado ao Tribunal, que poderá aplicar as sanções previstas no art. 101, inciso IV desta lei.

Art. 81 - As Inspetorias de Controle Externo e os funcionários do Tribunal em suas inspeções e auditorias, poderão propor ao Tribunal impugnação de atos da administração, inclusive a instauração da tomada de contas especial, a que se refere o art. 51 desta lei, quando verificarem a ocorrência de desfalque, falta de prestação de contas, desvio de bens, desatendimento às suas determinações e outras irregularidades de que resultem prejuízos para a Fazenda Pública ou retardamento das medidas de ressarcimento ao erário, competindo-lhes formalizá-las nos termos do que dispuser o Regimento Interno.

Art. 82 - O Tribunal de Contas comunicará à autoridade competente a sonegação de tributos federais, estaduais ou municipais e de contribuições parafiscais ou a evidência de seu cometimento, que constatar no exercício de sua ação fiscalizadora.

TÍTULO V

DAS DENÚNCIAS E DA REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS DENÚNCIAS

Art. 83 - Qualquer cidadão, partido político, associação civil ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 84 - A denúncia sobre a matéria de competência do Tribunal deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legíti-

vel do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de prova ou indício concernente ao fato denunciado ou à existência de ilegalidade ou irregularidade.

Parágrafo Único - Quando se tratar de denúncia apresentada por partido político, associação civil ou entidade sindical, a mesma deverá estar acompanhada de prova de existência jurídica do denunciante, de sua representação por quem assiná-la, que se identificará devidamente, com a indicação do endereço da sede de sua representada.

CAPÍTULO II DA REPRESENTAÇÃO

Art. 85 - Qualquer licitante, contratado, pessoa física ou jurídica é parte legítima para representar o Tribunal de Contas contra irregularidades na aplicação da legislação e regulamento que regem a licitação pública e os contratos administrativos no âmbito do Estado e dos Municípios.

Parágrafo Único - Aplica-se à representação, no que couber, o rito estabelecido para o processo de denúncia.

TÍTULO VI DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES E DAS DECISÕES FAZENDÁRIAS CONTRÁRIAS AO ERÁRIO CAPÍTULO I

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 86 - As citações, intimações e notificações considerar-se-ão feitas pela publicação das decisões no Diário Oficial do Estado.

Art. 87 - Relativamente aos processos de prestação ou tomada de contas, inclusive os de comprovação de adiantamentos, subvenções sociais, auxílios e convênios, as intimações e notificações serão feitas através de carta postal, com aviso de recebimento (A.R.) ou mediante protocolo ao responsável.

§ 1º - Decorridos 20 (vinte) dias da expedição e não encontrando o responsável ou não devolvido o aviso de recebimento, se fará a publicação a que se refere o artigo anterior.

§ 2º - No caso de remessa do respectivo processo, o responsável, ao recebê-lo, será considerado intimado para todos os efeitos legais dos atos necessários a tal formalidade.

Art. 88 - Decorridos 10 (dez) dias da publicação, no Diário Oficial do Estado, da decisão que julgar quite o responsável, sem que tenha sido interposto recurso, valerá aquela publicação como provisão de quitação.

Parágrafo Único - O responsável poderá solicitar seja-lhe expedida a provisão de quitação, independentemente de qualquer emolumento.

Art. 89 - Sempre que houver indícios ou a configuração de alcance, o Tribunal ordenará a citação do responsável para, em 30 (trinta) dias, apresentar defesa.

§ 1º - Falecendo o responsável, o Tribunal notificará a viúva ou viúvo e os herdeiros e, evidenciada a sucessão na responsabilidade, ordenará sua citação.

§ 2º - Se a defesa comprovar a inexistência do alcance, o Tribunal aprovará as contas, mandando expedir quitação ao responsável.

§ 3º - Não oferecida defesa no prazo estabelecido, ou sendo a mesma destituída de fundamento, o Tribunal haverá como configurado o alcance, arbitrando-lhes o valor com base nos elementos de que dispuser.

Art. 90 - As decisões do Tribunal, condenatórias de responsáveis em débito, tornam a dívida líquida e constituem título executivo, cumprindo à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas ou aos procuradores das entidades da Administração Indireta promover a sua cobrança executiva, independentemente de quaisquer outras formalidades.

Art. 91 - Julgado em débito ou sujeito à restituição, por decisão passada em julgado, será o responsável notificado para, em 30 (trinta) dias, repor a importância devida, atualizada monetariamente, acrescida de juros de mora e multa, quando for o caso.

Parágrafo Único - A correção monetária terá como base os coeficientes estabelecidos pelo Governo Federal e os juros de mora serão de 1% (um por cento) ao mês e ambos incidirão sobre o valor do alcance desde a data de sua ocorrência até a data do recolhimento.

Art. 92 - Atendida a notificação, exhibirá o responsável a respectiva prova de recolhimento da importância devida ao Tesouro do Estado e o Tribunal o julgará quite, determinando seja expedida a provisão de quitação.

Art. 93 - Expirado o prazo a que se refere o art. 91 desta lei, sem manifestação do responsável, o Tribunal poderá:

I - determinar o desconto em folha de pagamento, integral ou parcelado do débito, nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, desde que servidor;

II - expedir ao Procurador Geral do Estado, por intermédio da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal, cópia autenticada da decisão acompanhada da documentação necessária à execução da dívida, para fins de direito;

III - determinar o arquivamento do processo quando se convencer de que o débito é incobrável ou de que os custos da

cobrança não serão compensados pelo ressarcimento, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para lhe ser dada quitação.

Art. 94 - O débito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal nos termos desta lei, quando for pago após o seu vencimento, será atualizado monetariamente na data do efetivo pagamento.

Art. 95 - Ao responsável que tenha suas contas julgadas irregulares poderá o Tribunal propor, cumulativamente com as sanções previstas neste capítulo, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança da Administração Estadual e Municipal, por prazo não superior a cinco anos, bem como a pena de demissão, na forma da lei, no caso de servidor, comunicando a decisão à autoridade competente para a efetivação da medida.

Art. 96 - O Tribunal poderá, por intermédio da Procuradoria do Estado, solicitar aos dirigentes das entidades que lhe sejam jurisdicionadas as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, devendo ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e sua respectiva restituição.

Parágrafo Único - Tratando-se de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação, os documentos referidos no inciso II do art. 93 poderão ser remetidos diretamente à entidade interessada, que promoverá a execução da dívida.

Art. 97 - A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal organizará o registro das decisões em execução e manter-se-á em contato permanente com a autoridade competente do Estado, à qual fornecerá os elementos e esclarecimentos necessários ao procedimento judicial.

CAPÍTULO II DAS DECISÕES FAZENDÁRIAS CONTRÁRIAS AO ERÁRIO

Art. 98 - As decisões fazendárias de única ou última instância, contrárias ao erário, somente produzirão efeitos se confirmadas pelo Tribunal de Contas, ao qual compete seu reexame necessário.

Parágrafo Único - Nos casos previstos neste art., o prolator da decisão determinará a remessa dos autos ao Tribunal de Contas. Não o fazendo, poderá o Presidente do Tribunal avocá-los.

CAPÍTULO III DAS SANÇÕES

Art. 99 - O Tribunal de Contas poderá aplicar aos administradores ou responsá-

veis as sanções previstas neste capítulo.

Art. 100 - Quando o responsável for julgado em débito, poderá, ainda, o Tribunal aplicar-lhe multa de até 100% (cem por cento) do valor do dano causado ao erário.

Art. 101 - O Tribunal poderá aplicar multa de até mil vezes o maior valor de referência, ou outro valor unitário que venha a substituí-lo em virtude de dispositivo legal superveniente, aos responsáveis por:

I - contas julgadas irregulares de que não resultante débito nos termos do parágrafo único do art. 67 desta lei;

II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III - ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico de que resulte dano ao erário;

IV - não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou decisão do Tribunal;

V - obstrução ou livre exercício das inspeções e auditorias determinadas;

VI - sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;

VII - reincidência no descumprimento de determinações do Tribunal.

§ 1º - Ficará sujeito à multa prevista neste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.

§ 2º - No caso de extinção do maior valor de referência, enquanto não for fixado lei outro valor unitário para substituí-lo, o Tribunal estabelecerá parâmetro a ser utilizado para o cálculo da multa prevista neste artigo.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS

Art. 102 - Das decisões do Tribunal de Contas caberão, dentro do prazo de quinze dias, contados na forma estabelecida no Regimento Interno, os seguintes recursos:

I - reconsideração;

II - recurso ordinário;

III - embargos de declaração.

§ 1º - Os recursos, uma vez recebidos, terão efeito suspensivo, exceto quanto a decisões que determinarem a sustação da execução de ato ou de contrato impugnado.

§ 2º - Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.

Art. 103 - O recebimento de recursos da parte que tiver sido julgada em débito, quando não se tratar de servidor público estável, dependerá de prévia garantia, representada por:

I - depósito da respectiva quantia e

acessórios;

II - prestação de fiança;

III - apresentação de outras garantias.

Parágrafo Único - A aceitação das garantias indicadas nos incisos II e III deste artigo será precedida de manifestação da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal.

Art. 104 - Cabe pedido de reconsideração:

I - dos despachos ou decisões interlocutórias singulares;

II - das decisões que reconhecerem a legalidade ou declararem a ilegalidade da realização de qualquer receita ou despesa, determinarem ou solicitarem a sustação da execução de ato ou de contrato impugnado ou que os julgarem nulos de pleno direito;

III - das decisões que impuserem multas ou determinarem outras penalidades, em decorrência de infração da legislação orçamentária, financeira ou geral, ou pelo descumprimento de prazos, determinações, diligências, obstrução da ação fiscalizadora e outros atos processuais, excluídos os referentes a prestação e tomadas de contas.

Art. 105 - Cabe recurso ordinário das decisões do Tribunal que, em processos de prestação ou tomada de contas, julgarem o responsável quite, em crédito ou em débito ou impuserem multas por infração legal ou estatutária.

Art. 106 - Cabem embargos de declaração da decisão considerada obscura, contraditória, ambígua, omissa ou que contiver dúvida a ser esclarecida.

Art. 107 - Têm legitimidade para recorrer, os interessados, a Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas e excepcionalmente, a Administração Pública.

Parágrafo Único - A Corregedoria Geral será parte legítima para recorrer em matéria de sua competência.

Art. 108 - Os demais pressupostos e requisitos de admissibilidade e o procedimento a serem observados pelos recursos de que trata este capítulo serão estabelecidos no Regimento Interno, que também regulará os incidentes de inconstitucionalidade e de prejudgados.

CAPÍTULO V DA REVISÃO

Art. 109 - Dentro de dois (02) anos da decisão definitiva em prestação ou tomada de contas é admissível pedido de revisão pela Procuradoria do Estado junto ao Tribunal, pelo responsável, por seus herdeiros, sucessores ou fiadores e se fundará:

I - em erro de fato resultante de atos, cálculos ou documentos;

II - em evidente violação literal da

lei;

III - em falsidade de documento em que se tenha baseado a decisão;

IV - na superveniência de novos documentos, com eficácia sobre a prova produzida;

V - na falta ou defeito na intimação do responsável por ocasião do julgamento.

TÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO A CARGO DO TRIBUNAL

SEÇÃO I OBJETIVO

Art. 110 - O Tribunal exercerá a fiscalização contábil, financeira, operacional ou patrimonial das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das entidades da administração indireta, inclusive das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, para verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e contratos, bem como prestará à Assembléia Legislativa e Câmara Municipal o auxílio que estas solicitarem.

SEÇÃO II

DA FISCALIZAÇÃO EXERCIDA POR INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Art. 111 - Compete, ainda, ao Tribunal:

I - realizar, por iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado, de Comissão Técnica ou de Inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e nas entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

II - prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa ou por suas respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional e sobre os resultados de inspeções e auditorias realizadas;

III - emitir, no prazo de trinta dias contados do recebimento da solicitação, pronunciamento conclusivo sobre matéria que lhe seja submetida a apreciação pela Comissão Mista permanente de Deputados, nos termos do art. 76, §§ 1º e 2º, da Constituição Estadual.

SEÇÃO III

ATOS SUJEITOS A REGISTRO

Art. 112 - Ao Tribunal de Contas do Estado, compete apreciar, para fins de re-

gistro, a legalidade dos atos de:

I - admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

II - concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 113 - As autoridades públicas, salvo disposição expressa em contrário, terão o prazo de trinta dias para o cumprimento das determinações do Tribunal, prorrogável em casos especiais e justificados.

Art. 114 - O Regimento Interno do Tribunal disporá a respeito de sua composição, dos seus serviços, sua organização e distribuição, competência, atribuições e sobre os procedimentos processuais.

Parágrafo Único - No caso de aposentadoria, o pedido de sustação somente será aceito até o início da sessão de julgamento do processo respectivo.

Art. 115 - O Regimento Interno será aprovado e somente poderá ser alterado, em sessão do Tribunal Pleno, por deliberação de, no mínimo, cinco de seus Conselheiros.

Art. 116 - Os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal, após um ano de exercício no cargo respectivo, terão direito a sessenta dias de férias por ano.

Art. 117 - Os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal têm prazo de trinta dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por mais sessenta dias, no máximo, mediante solicitação escrita, para posse e exercício no cargo.

Art. 118 - A revista do Tribunal é considerada órgão oficial.

Art. 119 - A obstrução à ação fiscalizadora do Tribunal importa em crime de responsabilidade punível na forma da lei.

Art. 120 - Fica o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, autorizado a promover, por ato interno, a revisão, alteração ou adaptação de sua estrutura organizacional e de serviços, para melhor desempenhar o controle da administração pública, podendo criar, extinguir ou implantar unidades administrativas.

Art. 121 As atuais Diretorias de Assuntos Técnicos e Jurídicos, de Tomada de Contas e a Inspetoria Geral de Contas e a Inspetoria Geral de Controle, passam a denominar-se, respectivamente, Assessoria

Jurídica, Controladoria da Receita, Controladoria de Tomada de Contas e Controladoria de Execução do Orçamento e do Patrimônio.

Parágrafo Único - Enquanto não forem disciplinadas as atribuições das unidades administrativas referidas neste artigo, passa à sua responsabilidade as atividades que eram desenvolvidas pelos órgãos dos quais derivaram.

Art. 122 - Ficam os administradores e demais responsáveis dos Poderes do Estado e dos Municípios, inclusive fundações, Empresas e Sociedades de Economia Mista, instituídos ou mantidos pelo poder público estadual ou municipal, obrigados a enviar ao Tribunal de Contas, conforme disposto no § 2º do Art. 79, do Decreto-Lei 2300/86, o prazo de dez dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado ou em outro meio escolhido, o edital relativo a procedimento licitatório, sob pena de, não o fazendo, ser considerado nulo o processo.

Art. 123 - Salvo disposição em contrário, os prazos estabelecidos nesta lei serão contínuos e computar-se-ão excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos serão contados da forma prevista pelo Regimento Interno ou Código Civil.

Art. 124 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.90.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 448/90. Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão, por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 448/90.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 635/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que concede o pagamento integral do 13º Salário aos pensionistas do IPE (Instituto de Previdência do Estado).

PROJETO DE LEI Nº 635/90

Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o pagamento integral do 13º Salário aos pensionistas do IPE- Instituto de Previdência do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revoga-

das às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamto: Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Luciano Pizzato e Algaci Túlio.
JUSTIFICATIVA:

Seria perfeitamente dispensável dis-
correr a respeito dos aposentados deste
País, cujos esforços ao longo de uma vida
inteira dedicada ao trabalho, são verda-
deiramente humilhados, punidos absurda e
injustamente com o que recebem, depois de
pesados anos de rigorosa e ininterrupta
contribuição.

No entretanto, em se perdurando essa
difícil situação, permanentemente cabe-nos
se contrapor a tais distorções.

Os pensionistas do Paraná são um exem-
plo de uma realidade, mais do que difícil,
insustentável.

Atualmente neste Estado são 13.681
pensionistas que recebem somente sessenta
por cento do valor correspondente do salá-
rio então recebido pelo cônjuge, tudo por-
que a Assembléia não regulamentou o Capí-
tulo II - dos Servidores Públicos Civis,
em seu artigo 35, inciso 4º em que o "be-
nefício da pensão por morte corresponderá
à totalidade dos vencimentos ou proventos
do servidor ou do servidor falecido..."

Ademais, os pensionistas ainda não te-
rão direito ao 13º salário, mas tão-somen-
te um minguado salário mínimo a título de
abono, um quadro perverso, repugnante que
parece condenar os pensionistas à exclusão
e marginalidade sociais.

Tanto é assim que o próprio Presidente
da República Fernando Collor de Mello de-
terminou o pagamento integral aos aposen-
tados e pensionistas, um exemplo que o Pa-
raná tem a obrigação de seguir, sobretudo
porque é um preceito constitucional.

Sobre o referido projeto, requerimento
de autoria do Senhor Deputado Caíto Quin-
tana, constante do expediente, solicitando
a retirada da Ordem do Dia do Projeto de
Lei nº 635/90, constante da pauta da ses-
são de hoje. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) ... 1ª

Discussão do Projeto de Lei nº 635/90,
autoria do Deputado Rubens Bueno, sobre o
mesmo projeto requerimento de autoria do
nobre Deputado Caíto Quintana, que requer
a retirada da Ordem do Dia.

Senhores Deputados que aprovam per-
mençam como estão. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Justificar) -

Estive conversando com o autor dos
dois Projetos em 1ª Discussão 635 e 636,
porque eles entraram na Ordem do Dia hoje
e nós vamos discutir na sequência a ques-
tão de constitucionalidade do Projeto, se
chegarmos ao entendimento de que ele seja

autorizatório e portanto não fira a Cons-
tituição não teremos nada contra de que
ele retorne a Ordem do Dia.

O SR. ARTAGAO MATTOS LEAO - Senhor Presi-
dente, eu gostaria de consignar em ata
o meu voto contrário, ao requerimento do
ilustre Deputado Hermas Brandão, com rela-
ção a retirada da Ordem do Dia do item 27.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Jus-
tifica-se plenamente o vosso voto, De-
putado.

Igualmente registrado o voto do ilus-
tre Deputado Ezequias Losso, com referên-
cia ao mesmo assunto e do Deputado Cândido
Bastos, como também do Deputado Lindolfo
Júnior.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
636/90, de autoria do Deputado Rubens Bue-
no, que concede gratificação por exercício
em determinadas zonas ou locais, aos fun-
cionários do Sistema Penal do Estado, con-
forme especifica.

PROJETO DE LEI Nº 636/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - A gratificação pelo exercí-
cio de determinadas zonas ou locais, pre-
vista no artigo 172, item X, da Lei nº
6.174 de 16 de novembro de 1970, fica fi-
xada em 50% (cinquenta por cento) para os
Técnicos da CLT; 70% (setenta por cento)
ao pessoal administrativo CLT; e 34%
(trinta e quatro por cento) aos estatutá-
rios, sobre o vencimento básico desses
servidores em exercício no Departamento
Penitenciário do Estado.

Art. 2º - Esta Lei, entrará em vigor
na data de sua publicação, com os efeitos
financeiros a contar a partir da data de
sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamto: Hermas Brandão, José Rogério
Carvalho, Luciano Pizzato e Algaci Túlio.
JUSTIFICATIVA:

É característica do homem, caminhar
para as conquistas que almeja. Casa passo
dado na direção proposta representa um
avanço, nela lançando bases para etapas
futuras.

Este Parlamento, como não poderia dei-
xar de ser deve objetivar, acima de tudo,
saber interpretar os sentimentos da sua
população, indo ao encontro de tudo aquilo
que represente ou venha a se constituir na
igualdade entre os homens, preceito sem o
qual a Justiça deixa de sê-la em sua ple-
nitude.

Motivados por tais preocupações e substanciados na reivindicação que nos chega de uma parcela de servidores públicos do Sistema Penal do Estado, apresentamos este Projeto de Lei.

Antes, cabe ressaltar à Mensagem oriunda do Poder Executivo que concede gratificação em 150% (cento e cinquenta por cento) para os agentes de Reclusão que esta Casa aprovou, seguramente significa uma concreta e indiscutível consolidação de uma luta que, não de agora, se trava ao longo dos últimos anos pelos funcionários do mencionado sistema.

Porém, o Projeto de Lei contempla somente aos Agentes de Reclusão - cujo mérito não discutimos de forma alguma, ao contrário bem sabemos o elevado merecimento - ficando excluídos do aludido benefício o setor administrativo, técnicos regidos pela CLT e estatutários, razão pela qual apresentamos este plano de lei.

Neste sentido, os que têm ao menos uma noção do funcionamento das unidades penais do Paraná, podem bem imaginar que a estrutura administrativa, embora a sua especificidade, não é uma unidade isolada do contexto dos presídios.

Mas estão sujeitos os seus funcionários aos perigos dos tumultos ou rebeliões, tanto quanto os agentes de reclusão, vulneráveis à medida em que, como administrativos e técnicos não portando armas nem treinamento de auto-defesa, são portanto facilmente submetidos à ação dos detentos.

Psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, pedagogos, advogados e o pessoal administrativo que lhes dão o apoio material, desempenhando às suas atividades no contato direto com os encarcerados, cuja a significativa parcela inclusive auxilia nos serviços burocráticos, cozinha, enfermagem, almoxarifado, etc.

Ao excluir os funcionários técnicos e administrativos do aumento de 150% (cento e cinquenta por cento) permanecendo os mesmos somente com 100, 116 e 80 por cento, respectivamente técnicos CLT, estatutários e administrativo CLT, cria-se uma distorção que não limitar-se-á a percentuais pura e simplesmente, mas proporcionará desníveis salariais gritantes, ao ponto de um agente de reclusão entrar ganhando hoje no mínimo de 60 mil cruzeiros, ao passo que um funcionário do administrativo ou técnico, depois de 25 anos de jornada de trabalho perceber 40 mil cruzeiros, isso na melhor das hipóteses.

Por estas razões, Senhor Presidente e Senhores Deputados, visando tão somente tornar equânime os benefícios a todos, a fim de que a igualdade de direitos não exista como escrita em nossa Constituição, mas que efetivamente na prática ela ocorra

como um elementar princípio de cidadania.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 636/90, constante da pauta da sessão de hoje. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 641/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 230/90), que autoriza aquele poder a alienar, mediante licitação, o imóvel denominado Estância Hidromineral Santa Clara, situado na localidade de Candói, município de Guarapuava, com as características que especifica, de propriedade da extinta PARANATUR e integrante do patrimônio da FESTUR.

PROJETO DE LEI N° 641/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar mediante licitação pública, o imóvel com as seguintes características: imóvel denominado "Estância Hidromineral Santa Clara", situado na localidade de Candói, Município de Guarapuava, com o ponto de partida principiando à margem do Rio Jordão, a 510,00 metros da barra do arroio das Águas, onde segue em linha reta com rumo de 16°35'NE e 358,00 metros, daí prossegue em linha reta com o rumo de 50°50' e 230,00 metros de comprimento, onde alcança o arroio das Águas, segue por este acima até o ponto situado a 400,00 metros, mais ou menos, acima de um salto, deste ponto segue em linha-reta com rumo verdadeiro de 89°08' SO e com 1.560,00 metros, mais ou menos, de comprimento onde alcança a margem esquerda do arroio de divisa, desce por este até sua foz no rio Jordão e sobe pela margem direita deste até o ponto de partida, abrangendo a área aproximada de 121 hectares, contendo hotel com dois pavimentos construído em alvenaria de tijolos e demais benfeitorias, de propriedade da extinta empresa Paranaense de Turismo- PARATUR, e integrante do patrimônio da Fundação de Esportes e Turismo - FESTUR, conforme transcrição 27.485, do livro 3-S, às fls. 18/19 do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Guarapuava.

Art. 2º - Para fins de licitação pública indicada no art. 1º desta lei, será nomeada comissão de licitação especial no âmbito da Fundação de Esportes e Turismo- FESTUR.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.12.90.

(a) PODER EXECUTIVO.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 641/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 230/90, tem por finalidade a ratificação do Poder Legislativo para que aquele possa alienar, mediante licitação, o imóvel denominado "Estância Hidromineral Santa Clara", situado na localidade de Candói, no município de Guarapuava, com as características que especifica, de propriedade da extinta PARANATUR e integrante do patrimônio da FESTUR, conforme especifica.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, como estamos votando esse projeto de lei em 1.^a discussão, tratando-se da constitucionalidade, nós votaremos favorável a aprovação ao projeto, bem como o parecer, nos reservando no entanto para em 2.^a discussão nós votarmos contra este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o parecer do Deputado Hermas Brandão que é favorável pela aprovação da matéria. Está aprovado o parecer.

Em discussão o projeto, em votação o projeto. Está aprovado o projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 643/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Of. n. 83/90), que reajusta em 185,22% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

PROJETO DE LEI N° 643/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos

cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ficam reajustados em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1° de janeiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990;

II - a partir de 1° de fevereiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1991.

III - a partir de 1° de março de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em fevereiro de 1991;

IV - a partir de 1° de abril de 1991, 28,5 (vinte e oito vírgula cinco por cento) sobre os valores vigentes em março de 1991; e

V - a partir de 1° de maio de 1991, 28,45% (vinte e oito vírgula quarenta e cinco por cento) sobre os valores vigentes em abril de 1991.

Art. 2° - Ficam também reajustados nos mesmos índices e datas fixados no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete; e

II - o valor do salário-família por dependente e o valor das pensões especiais.

Art. 3° - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a, mediante ato, baixar as Tabelas de Vencimentos, de conformidade com a presente lei, inclusive, a conceder os reajustes a título de antecipação, nos mesmos percentuais concedidos aos servidores do Poder Executivo.

Art. 4° - A data-base de reajuste dos servidores do Poder Judiciário passa a ser 1° de junho.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1°, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.90.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 643/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, tem por finalidade reajustar em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento) os níveis de vencimentos dos cargos

efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme especifica.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

Sala das Sessões, em 08.01.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

Aprovado o parecer e o projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 644/90, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça (Of. n° 1196/90), que concede a título de reajuste de data-base dos servidores do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, o índice percentual de 185,22% sobre os valores vigentes em dezembro de 1990.

PROJETO DE LEI N° 644/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido, a título de reajuste de data-base dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, o índice percentual de 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990, na forma disposta na presente lei.

Art. 2° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e função gratificada dos servidores, bem como os salários de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Procuradoria Geral de Justiça, serão reajustados na forma a baixo:

I - a partir de 1° de janeiro de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990;

II - a partir de 1° de fevereiro de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1991;

III - a partir de 1° de março de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em fevereiro de 1991;

IV - a partir de 1° de abril de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 28,5% (vinte e oito vírgula cinco por

cento) sobre os valores vigentes em março de 1991;

V - a partir de 1° de maio de 1991, mediante o acréscimo do índice percentual de 28,45% (vinte e oito vírgula quarenta e cinco por cento) sobre os valores vigentes em abril de 1991;

Art. 3° - Ficam também reajustados, nos mesmos índices e datas fixados no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor do salário-família por dependente legal e o valor das pensões especiais.

Art. 4° - Fica o Procurador-Geral de Justiça, autorizado a, mediante Ato, fixar as tabelas de vencimentos e salários relativas à presente lei.

Art. 5° - Fica também, o Procurador-Geral de Justiça, autorizado a, por Ato, conceder reajustes a título de antecipações salariais da data base, aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, inclusive aposentados e pensionistas, bem como aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 6° - A data-base de reajuste dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, passa a ser o mês de Junho.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros previstos no art. 2°, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.12.90

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 644/90

P A R E C E R:

De autoria do Procurador-Geral de Justiça, o projeto de lei em tela concede, a título de reajuste de data-base dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, o índice percentual de 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990, cuja implantação dar-se-á de acordo com escalonamento na forma disposta no presente plano de lei.

Chamada esta Comissão Geral para opinar, entende esta que o reajuste dos níveis de vencimento dos servidores é um direito incorporado e, na inexistência de óbices legais ou constitucionais ao trâmite do projeto nesta Casa de Leis, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.01.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

Aprovado o parecer e o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 646/90, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Of. n° 1039/90), que reajusta os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências.

PROJETO DE LEI N° 646/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei n° 9.436, de 9 de novembro de 1990, dos cargos em Comissão e das Funções Gratificadas, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 01 de janeiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990.

II - a partir de 01 de fevereiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1991;

III - a partir de 01 de março de 1991, 20% (vinte por cento), sobre os valores vigentes em fevereiro de 1991;

IV - a partir de 01 de abril de 1991, 28,5% (vinte e oito vírgula cinco por cento) sobre os valores vigentes em março de 1991;

V - a partir de 01 de maio de 1991, 28,45% (vinte e oito vírgula quarenta e cinco por cento) sobre os valores vigentes em abril de 1991.

Art. 2° - Ficam também reajustados, nos mesmos percentuais e datas fixados no artigo anterior:

I - os valores da gratificação de produtividade;

II - os valores da gratificação de gabinete;

III - o valor do salário família, por dependente legal.

Art. 3° - O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através de seu Presidente, baixará os Atos necessários ao cumprimento do disposto nesta lei, bem como a conceder a seus funcionários os mesmo reajustes salariais que forem autorizados pelo Poder Executivo, a título de antecipação salarial.

Art. 4° - A data base dos reajustes dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná passa a ser 01 de junho.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no art. 1°, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.90

(a) TRIBUNAL DE CONTAS.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 646/90

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o projeto de lei em tela reajusta, conforme especifica os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências.

Chamada esta Comissão Geral para opinar, entende esta que o reajuste acima mencionado nada mais é do que a efetivação de um direito dado o nível de defasagem em que encontram-se os atuais salários e, na inexistência de óbices legais e/ou constitucionais ao trâmite do Projeto nesta Casa de Leis, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.01.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;
LINDOLFO JÚNIOR - Relator.

Aprovado o parecer e o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar em termos de Ordem do Dia, passaremos à votação dos requerimentos que se encontram sobre a mesa.

Requerimento de n° 3007 de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2996 de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3006 de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3003 de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do

expediente. Não recebido pela Mesa, pois o assunto trata de projeto de resolução: modificação do comportamento do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2997 e 2998 de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2999 de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência registra com satisfação a presença em plenário do Dr. José Pio Martins, vice-Presidente do BANESTADO, a quem agradece pela presença, e, antes de encerrar, concede a palavra pela ordem ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Orlando Pessuti, Presidente em exercício, eu gostaria de solicitar o obséquio de Vossa Excelência no sentido de se fazer incluir na Ordem do Dia de amanhã projeto que já foi inclusive autorizado, deferido pelo Presidente Anibal Khury que estabelece um limite máximo na cobrança da taxa de esgoto pela SANEPAR no Estado do Paraná. Hoje a SANEPAR cobra 100% da tarifa de água. O nosso projeto estabelece uma cobrança máxima de até 20% porque já está provado que precisamos de apenas 9% para recuperar a tarifa de água, para recuperar a água e, portanto, a conservação também de esgoto. Peço encarecidamente a V.Exa. que faça incluir este projeto que já foi deferido pelo Deputado Anibal Khury e ontem também por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Nós lamentamos informar o Deputado Lindolfo Júnior que o projeto de lei a que se refere V.Exa. não constou do rol das matérias relacionadas por S.Exa. o Presidente Anibal Khury para serem discutidas e votadas durante o período de Sessões Extraordinárias, razão pela qual nós estamos impossibilitados neste momento de incluí-lo na Ordem do Dia.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, apenas gostaríamos de rebuscar nos Anais desta Casa onde nós fazemos uma solicitação ao Presidente Anibal Khury e ele, de viva voz, deferiu a inclusão no período extraordinário deste projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Nós faremos a verificação e, se revestir a todas as informações, nós poderemos tomar a medida.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. deferisse

nosso pedido no sentido que a relação dos Srs. Deputados presentes hoje as chamadas nominais fosse entregue com uma certidão de V.Exa. para acompanhar no dia-a-dia, inclusive descontos dos Srs. Parlamentares ausentes.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Esta Mesa defere o Vosso pedido e determina ao setor de Ata que tome providências.

Antes ainda de encerrarmos a sessão, anunciamos a presença neste plenário do Vereador de Clevelândia, Paulo Penteado. Lembramos também ainda e registramos com satisfação que o Deputado Anibal Khury encontra-se representando esta Assembléia Legislativa na posse dos novos diretores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que empossou hoje como Presidente João Cândido Pereira, como vice-Presidente Cândido Martins de Oliveira e como Corregedor o ex-Deputado Nestor Baptista, a quem em nome deste Poder estendemos as nossas homenagens.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 495/90, do Projeto de Lei Complementar n° 625/90, e do Projeto de Resolução n° 201/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 299/86, 384/90, 641/90, 643/90, 644/90 e 646/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 01/91.

Levanta-se a sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA CONSELHO DELIBERATIVO

PARECER:

Os abaixo assinados membros do Conselho Deliberativo do FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual e Balanço Geral de 1990, encaminhado pelo Presidente do Fundo, Deputado WERNER WANDERER, houve por bem APROVAR o Balanço Geral de 1990 e conseqüentemente a Prestação de Contas, recomendando dar conhecimento do mesmo aos associados do FEPPA em Assembléia Geral.

Curitiba, 02 de janeiro de 1991.

(aa) LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA
JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO
EZEQUIAS LOSSO
JOÃO MANSUR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA

BALANCETE REFERENTE AO PERÍODO DE 01/01/90 a 31/12/90

ATIVO

CIRCULANTE

CONTAS CORRENTES

Banestado	2.254.507,29	
Bamerindus	203.636,19	2.458.143,48

APLICAÇÕES

Bamerindus F.N.I.		10.284.596,21
------------------------	--	---------------

INVESTIMENTO

Banestado C/ouro	7.595.193,73	
Bamerindus C/ouro	15.720.426,00	23.315.619,73

POUPANÇA

Bamerindus		330.638,19	36.388.997,61
------------------	--	------------	---------------

VALORES EM NCZ\$ À ORDEM DO BACEN

APLICAÇÕES

Banestado	6.215,17	
Bamerindus	3.094.283,02	3.100.498,19

POUPANÇA

Banestado	63.277.129,89		
Bamerindus	122.002.411,27	185.279.541,16	188.380.039,35

IMOBILIZADO

Móveis e Utensílios			5.230,00
---------------------------	--	--	----------

DESPESA

Aposentados		80.436.132,04	
Ajuda de Custo		822.351,64	
Materiais de Consumo		35.916,20	
IOF		9.906.317,33	
Imp. Renda s/ Rend. Aplic.		389.013,03	
Imp. Estad. s/ Rend. Aplic.		13.590,97	
Despesas Bancárias		328.425,75	
Seguros		62.274,80	91.994.021,76

TOTAL DO ATIVO 316.768.288,72

PASSIVO

PATRIMÔNIO

Patrimônio Líquido			23.164.938,43
--------------------------	--	--	---------------

RECEITA

Renda de Contribuições	76.888.968,18		
Renda e Aplicações	216.712.715,47		
Outras Rendas	1.666,64		293.603.350,29

TOTAL DO PASSIVO 316.768.288,72

(a) LAURO LOBO ALCANTARA
Tesoureiro

(a) WERNER WANDERER
Presidente

(a) VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635

RELATÓRIO

Tendo prestado assistência contábil no exercício financeiro de 1990, apresentamos o presente relatório.

1. BALANÇO PATRIMONIALATIVO

CIRCULANTE.....	36.388.997,61
REALIZÁVEL C. PRAZO.....	188.380.039,35
IMOBILIZADO.....	5.230,00
TOTAL.....	224.774.266,96

PASSIVO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	224.774.266,96
TOTAL.....	224.774.266,96

As contas evidenciadas neste balanço exprimem a composição qualitativa do Patrimônio do Fundo ao encerrar-se o exercício de 1990, assim interpretadas:

CIRCULANTE - Representa os saldos das contas correntes em Bancos, as importâncias aplicadas em poupança a curto prazo.

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO - Representa os valores em cruzados novos retidos no Banco Central provenientes de saldos em contas correntes e poupança.

IMOBILIZADO - Representa os valores aplicados em móveis e utensílios.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Representa o resultado operacional durante a existência do órgão, ou seja, os resultados acumulados dos exercícios anteriores e o resultado do último exercício.

2. BALANÇO FINANCEIRO

Este balanço tem por finalidade demonstrar o movimento patrimonial de exercício. É representado pelos saldos disponíveis, pelos recursos recebidos e pelas despesas realizadas. Está assim sintetizado:

SALDO ANTERIOR.....	23.164.938,43
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (+)	
Receitas Correntes.....	293.603.350,29
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (-)	
Despesa Realizada.....	91.994.021,76

SALDO PARA 1991.....293.603.350,29

3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este demonstrativo indica os detalhes das operações realizadas durante o período, onde pode-se constatar a evolução do Patrimônio Líquido são os resultados obtidos pelo confronto entre as contas de Receita e Despesa. E, elas assim se representam:

1. RECEITA

Renda de Títulos.....	216.712.715,47
Renda de Contribuições...	76.888.968,18
Outras Receitas.....	1.666,64
TOTAL.....	293.603.350,29

2. DESPESA

Aposentados.....	80.436.132,04
Ajuda de Custo.....	822.351,64
Materiais de Consumo.....	35.916,20
Seguros.....	62.274,80
Despesas Bancárias.....	328.425,75
I.O.F.	9.906.317,33
I. Renda s/ Aplic.	389.013,13
I. Estadual s/ Aplic. ...	13.590,97
TOTAL.....	91.994.021,76

3. RESULTADO

Superavit do Exercício...201.609.328,53

4. CONCLUSÕES

Comparando as receitas, verificamos que as do exercício de 1990 foram superiores às do exercício de 1989 em 1.189% e que as despesas foram acrescidas de apenas 425% em relação ao exercício de 1989.

As despesas deste exercício representaram 31% das receitas; enquanto que as do exercício anterior representaram 12,2%.

Há de se ressaltar que no exercício de 1990 foram consideradas as rendas de juros e correção monetária dos valores à ordem do BACEN referente ao mês de dezembro, cujo crédito em conta corrente compõe o Superavit do exercício.

É o que nos cabe relatar.

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI

Contador - CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE RESULTADO
EXERCÍCIO DE 1990

DÉBITO

Materiais de Consumo	35.916,20
Ajuda de Custo	822.351,64
Aposentados	80.436.132,04
Seguros	62.274,80
Despesas Bancárias	328.425,75
I.O.F.	9.906.317,33
I. Renda s/ Rend. Aplic. . . .	389.013,03
J. Est. s/ Rend. Aplic.	13.590,97
Patrimônio Líquido	

TOTAL

CRÉDITO

Renda de Títulos	216.712.715,47	
Renda de Contrib.	76.888.968,18	
Outras Rendas	1.666,64	293.603.350,29

91.994.021,76
 201.609.328,53

TOTAL 293.603.350,29

(a) LAURO LOBO ALCANTARA
 Tesoureiro

(a) WERNER WANDERER
 Presidente

(a) VICENTE P. RODACKI
 Contador CRC-PR 6635

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990

ATIVO

PASSIVO

CIRCULANTE

Disponível

Bco. Estado do Paraná - C/C	2.254.507,29	
Bco. Bamerindus Brasil C/C	203.636,19	
Bco. Bamerindus - Poup. . .	330.638,19	
Bco. Bamerindus C/FNI . . .	10.284.596,21	
Bco. Estado Paraná-C/Ouro	7.595.193,73	
Bco. Bamerindus-C/Ouro . .	15.720.426,00	36.888.997,61

REALIZÁVEL ☒ CURTO

PRAZO

Valores em NCz\$ à Ordem do BACEN

Bco. Estado Paraná-C/C . . .	6.215,17	
Bco. Bamerindus-C/C	3.094.283,02	
Bco. Estado Paraná-Poup. .	63.277.129,89	
Bco. Bamerindus-Poup. . . .	122.002.411,27	188.380.039,35

PERMANENTE

Imobilizado

Móveis e Utensílios	5.230,00	
-------------------------------	----------	--

TOTAL DO ATIVO 224.774.266,96

PATRIMÔNIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo em 31.12.89	23.164.938,43	
Do Exercício	201.609.328,53	224.774.266,96

TOTAL DO PASSIVO 224.774.266,96

(a) LAURO LOBO ALCANTARA
 Tesoureiro

(a) WERNER WANDERER
 Presidente

(a) VICENTE P. RODACKI
 Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 1990

VARIAÇÕES ATIVAS**RECEITAS CORRENTES**

Renda de Contribuições	76.888,968,18
Renda de Títulos	216.712.715,47
Outras Receitas	1.666,64
TOTAL	293.603.350,29

VARIAÇÕES PASSIVAS**DESPESAS CORRENTES**

Despesas de Custeio	91.994.021,76
Result. Patrimonial do Exercício	201.609.328,53
TOTAL	293.603.350,29

(a) LAURO LOBO ALCANTARA
Tesoureiro

(a) WERNER WANDERER
Presidente

(a) VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635